



Quebrar as barreiras que separam as comunidades ciganas do ensino superior

**Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
Letras Nómadas AIDC**

Ficha Técnica:

Título: Opré Chavalé – Quebrar as barreiras que separam as comunidades ciganas do ensino superior

Coordenação: Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Autoria: Berill Baranyai e Nóra Kiss

Edição: Silvia Vermelho

Apoio à revisão: Silvia Vermelho, Ana Sofia Fernandes e Alexandra Silva

Design e paginação: Alexandra Magócsi

Agradecimentos à formadora, Rita Brito pela disponibilização dos guiões de educação não formal e a Anna Likhman pelo apoio na análise das entrevistas e testemunhos.

Publicação produzida no âmbito do projeto “Opré Chavalé” promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres em parceria com a Associação Letras Nómadas co-financiado pelo Programa Cidadania Ativa – EEA Grants gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e com o apoio do Programa Escolhas e a Fundação Montepio 2014-2016.

Nota Introdutória

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

Foi sem surpresa que, em novembro de 2015, vimos novamente o Comité CEDAW¹ emitir recomendações ao Estado Português relativamente à situação de vulnerabilidade em que vivem as mulheres ciganas Portuguesas.² Esta tem sido uma matéria a que a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) tem dado particular prioridade, designadamente através do acompanhamento e apoio ao trabalho da sua associação membro – AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas.

Quando, em 2014, a Associação Letras Nómadas propõe parceria à PpDM para o desenvolvimento do projeto “Opré Chavalé”, estávamos confiantes de que este seria um projeto-chave para a promoção do ingresso de jovens ciganas/os no Ensino Superior e os resultados da implementação do projeto, que nesta nota introdutória não cabe detalhar, assim o comprovam. O projeto Opré Chavalé é um projeto de ação positiva que, ao visar promover a integração de jovens ciganas/os no Ensino Superior, procurou ter em conta que esta população-alvo se vê a braços com dificuldades e obstáculos específicos, dentro da sua comunidade e na relação com a comunidade maioritária e, em especial, com o sistema formal político e burocrático. Todas estas dificuldades e obstáculos, que se detalharão nesta publicação, dificultam o pleno exercício dos Direitos Humanos destas raparigas e rapazes, nomeadamente o Direito à Educação, que se traduz no Princípio Constitucional do Ensino universal e gratuito para todas/os.

O estabelecimento de uma quota de 40% para jovens mulheres ciganas no conjunto de participantes do projeto foi uma decisão estratégica essencial para que as raparigas ciganas pudessem encontrar neste projeto um espaço seguro para o seu empoderamento, tendo em consideração o papel social de género destas raparigas na sua comunidade e os constrangimentos que o ingresso no Ensino Superior causa à conciliação de aspirações pessoais e regras, padrões e expectativas sociais que recaem sobre as mulheres ciganas.

Por outro lado, o facto de este ser um projeto em que se trabalhou tanto com raparigas como com rapazes teve como objetivo consciencializar para a igualdade de género, podendo estes rapazes ser, a par das raparigas, agentes interventivos nas suas comunidades para a promoção da igualdade e dos direitos das mulheres, apoiando as suas colegas e o futuro ingresso de outras jovens ciganas/os no Ensino Superior.

Este projeto veio, pois, desmistificar a ideia de que o trabalho com as comunidades ciganas é incompatível com a promoção da igualdade de género. Este projeto é, também, a prova de que o Estado e as organizações não-governamentais não podem continuar a escudar-se nesta alegada incompatibilidade para justificar a sua inação na promoção dos direitos das mulheres e das raparigas ciganas. O diálogo intercultural não pode excluir as mulheres e as raparigas ciganas, os direitos das mulheres são direitos humanos e assegurar o pleno exercício dos direitos humanos das pessoas ciganas é um processo incompleto e nada sustentável se se excluir a igualdade de género.

1 CEDAW – Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres da Organização das Nações Unidas. O acrónimo tem origem na Língua Inglesa - Committee on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women.

2 A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres elaborou uma tradução livre das Recomendações, que pode ser encontrada no seu website: <http://plataformamulheres.org.pt/wp-content/ficheiros/2015/11/RecomendacoesCEDAW-PT-TraducaoPpDM30Nov2015.pdf>

Se o trabalho com as/os beneficiárias/os foi o centro deste projeto, gostaríamos ainda de destacar a componente de lóbi que, ao longo do projeto, permitiu reforçar o contacto institucional do Estado Português com as necessidades específicas destas/es beneficiárias/os e, assim, poder vir a contribuir para a produção e revisão de políticas públicas mais inclusivas e eficazes para todas/os. Esta publicação final pretende ser uma ferramenta para o trabalho de consciencialização, que se deseja multiplicador e consequente, ou seja, que resulte em efetiva transformação política e social.

É certo que o caminho está ainda no início mas encontra na recém-criada “família Opré Chavalé” sólidos pilares para que possa ser caminhado por mais jovens ciganas e ciganos. A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres continuará atenta e proactiva na promoção dos direitos das mulheres ciganas. Foi uma honra ser a entidade promotora deste projeto, em parceria com a Associação Letras Nómadas, e poder contar com uma equipa dedicada e empenhada na promoção da igualdade e justiça social.

Bem-haja e Opré Chavalé!

A Direção da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres



Letras Nómadas- Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas

Opré Chavalé - ergam-se jovens Ciganos! É a palavra de ordem! A instrução é a ferramenta imprescindível para tornar possível a capacitação dos ciganos para desse modo permitir que estes tracem também políticas de integração das comunidades ciganas na sociedade!

A falta de referências positivas ciganas na área académica é um dos fatores para que a relutância das comunidades ciganas à escola seja, infelizmente, uma realidade numa sociedade cada vez mais exigente, que se desenvolve diariamente a uma velocidade estonteante a todos os níveis...

Quem não adquire ou não consegue ferramentas de instrução que permitam acompanhar estes avanços, certamente que serão os mais prejudicados, levando-os a situações de pobreza, sim, porque a pobreza é mais do que escassez financeira, é um termo muito vasto...

A Letras Nómadas AIDC surgiu em 2013, para não ser mais uma associação no meio de outras, nasceu com a convicção de que era a hora, de mudar o panorama da integração dos ciganos em Portugal, estava no momento de quebrar tabus, preconceitos, resistências, medos, incredulidades e até “atropelar” a censura interna emperrante que “destila” no seio das comunidades ciganas...

O projeto Opré Chavalé é mais do que um projeto, é a concretização do sonho duma vida de pessoas visionárias, ambiciosas, que apesar de também perderem no palco desta vida muitas batalhas, não desistem, pois perder uma batalha não é perder a guerra!...

Agradecemos às entidades parceiras e patrocinadoras, mas a grande vitória é dos jovens participantes deste projeto, daqueles que hoje se esforçam diariamente no ensino superior e que “carregam” a responsabilidade de darem exemplo às futuras gerações de ciganos e ciganas deste país.

A Letras Nómadas AIDC sente-se orgulhosa deste caminho traçado, mas é consciente dum caminho longo, há muitas pedras para tirar, muitas vitórias para celebrar!

Este provérbio cigano ilustra o nosso sentimento:

“ É com os mais pequenos ramos que se faz a mais bela fogueira!”

A Direção da Letras Nómadas



Índice

| | |
|--|----|
| As organizações promotoras | 8 |
| Comunidades ciganas no ensino superior | 10 |
| Educação e comunidades ciganas em Portugal | 10 |
| Educação e género | 12 |
| Integração dos estudos na identidade cigana. | 12 |
| Responsabilidades do Estado Português | 16 |
| Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas | 18 |
| Boas Práticas Internacionais | 19 |
| Boas práticas - Mecanismos | 19 |
| Década da inclusão dos Roma 2005-2015 | 19 |
| Fundo da Educação Roma | 20 |
| Fundação Romaversitas | 21 |
| Boas Práticas - Projetos | 22 |
| Fundação Secretariado Cigano: Programa para facilitar o acesso e a continuidade dos estudos no ensino secundário e superior para jovens estudantes ciganos e ciganas | 22 |
| Universidade Centro-Europeia: Programa de Acesso aos Roma | 22 |
| Fundação Roma Itália: Fuochi Attivi | 23 |
| ActiveWatch: Profesionisti Romi în Domeniul Medical | 23 |
| O Projeto Opré Chavalé | 24 |
| Metodologia | 26 |
| Mediação | 26 |
| Igualdade de Género | 27 |
| Massa crítica | 27 |
| Mainstreaming de género e igualdade substantiva | 27 |
| Role models | 28 |
| Capacitação direta | 29 |
| Programa de Capacitação | 29 |
| A opinião das/os participantes e da equipa | 36 |
| Recomendações | 37 |
| Bibliografia | 40 |

As organizações promotoras

A **Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM)** é uma associação de carácter social, cultural e humanista, sem fins lucrativos e independente sob o ponto de vista partidário, administrativo e confessional, que tem como membros ONGDMs. Foi criada em Novembro de 2004 com o objetivo de construir sinergias para a reflexão e acção colectiva, tendo em vista a promoção da igualdade entre as mulheres e os homens e a defesa dos direitos das mulheres, com recurso aos mais variados meios, entre os quais pesquisa, *lobbying*, divulgação, comunicação, sensibilização e formação. A Plataforma pretende, também, contribuir para a implementação do *mainstreaming* da igualdade de género em todas as dimensões da vida social.

A Plataforma trabalha no sentido da capacitação, articulação e mobilização das ONGDMs portuguesas e para o reforço da cooperação destas com ONGs Europeias, da região EuroMed e Internacionais que trabalham nesta área, de forma a potenciar a sua actuação na sociedade enquanto actores do processo de implementação da igualdade de género.

A Plataforma representa Portugal no Lobby Europeu das Mulheres (LEM) e na Associação das Mulheres da Europa Meridional (AFEM) e é membro da Fundação das Mulheres do Euro-Mediterrâneo (FFEM). A Plataforma é membro da Plataforma da Sociedade Civil Europeia contra o Tráfico de Seres Humanos e tem Estatuto Consultivo Especial junto do ECOSOC das Nações Unidas.

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres gere o “Centro Maria Alzira Lemos | Casa das Associações” e é composta, actualmente, por 21 organizações que representam as mulheres na sua diversidade.

Para mais informações: [“http://www.plataformamulheres.org.pt](http://www.plataformamulheres.org.pt)

A **Letras Nómadas- Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas** é uma organização sem fins lucrativos de âmbito nacional que tem como Presidente da Direção Olga Natália Maia Mariano. Os objetivos da associação são: Promoção da escolaridade; promover a empregabilidade nas comunidades ciganas; promoção da cultura cigana; igualdade de oportunidades a jovens ciganos estudantes no acesso ao ensino superior; formação nas áreas da mediação, história e cultura cigana; realização de tertúlias e ações de sensibilização.

Esta associação foi Embaixadora do Projeto “Boas Notas” do Programa Escolhas de Setembro a Novembro de 2013 que pretendia sensibilizar as crianças e jovens (ciganos e não ciganos) e seus familiares para a importância da escola, enquanto instituição de socialização e de promoção de aprendizagens relevantes para sua inserção social e profissional. Sendo a música uma área de interesse da população jovem e um veículo privilegiado de transmissão de mensagens, foi a base para todo o projeto. Assim nasceu o projeto Boas Notas, um álbum musical colaborativo, construído pelas crianças e jovens. O álbum foi apresentado publicamente na gala do Programa Escolhas, sendo ainda divulgado *on-line* e em formato CD.

Nos dias 26 e 27 de Novembro de 2013 a Letras Nómadas organizou Iº Encontro de Mulheres Ciganas de Portugal com o apoio do Conselho da Europa, Fundação Calouste Gulbenkian, ACM e PpDM, o encontro teve como objetivos: refletir, partilhar e deixar mensagens, sobre a situação presente destas comunidades, bem como reunir contributos que contribuam de alguma forma como ferramentas para o seu futuro, dando oportunidades de emancipação por parte da mulher cigana.

Desde Dezembro 2013 que a Letras Nómadas é Delegada Nacional do Programa ROMED2 do Conselho da Europa, programa que foca-se na ferramenta da mediação como uma das medidas utilizadas em toda a Europa para combater as desigualdades relativas aos Ciganos, em termos de acesso ao emprego, serviços de saúde e educação de qualidade. Ela consiste em empregar pessoas com raízes Ciganas, das co-

munidades locais Ciganas, ou com um bom conhecimento das questões dos Ciganos, para atuar como mediadores entre os Ciganos e as instituições públicas.

Nos dias 29,30 Abril de 2014 a associação organizou o 1º Encontro de Jovens Ciganos e Famílias de Portugal com o apoio do Conselho da Europa, Fundação Calouste Gulbenkian e ACM. Os objetivos foram retirar conclusões que proporcionem ferramentas para uma campanha de sensibilização promotora da escolarização, incentivar os pais ciganos, para a importância da escola na vida ativa de seus filhos e motivar os jovens ciganos através de bons exemplos (da comunidade) para o exercício de uma cidadania ativa, tendo como pano de fundo a escola.



Comunidades ciganas no ensino superior

A participação académica das comunidades ciganas tem sido historicamente baixa em toda a Europa. Apesar dos avanços consideráveis realizados nos últimos anos na área da educação, as desvantagens das crianças ciganas, que se manifestam em todos os aspetos do sistema educativo, não desapareceram. É amplamente reconhecido que a integração e o acesso à educação de qualidade para crianças e jovens ciganas e ciganos no sistema de ensino regular é imprescindível no combate à exclusão social e discriminação e é uma ferramenta importante para fornecer competências e recursos para a próxima geração, que lhes permitam sair da pobreza.

Educação e comunidades ciganas em Portugal

O grau de escolaridade médio da população cigana fica muito abaixo do grau médio da restante população, tanto em Portugal, na Península Ibérica e em todos os países Europeus. Este fator é preocupante porque contribui para o crescimento das desigualdades e agrava a situação particular de exclusão social em que se encontra esta população. Apesar de ter havido um aumento significativo na escolaridade das pessoas ciganas nos últimos 15 anos, poucas pessoas passam para o ensino secundário e, conseqüentemente, o acesso ao ensino superior é quase inexistente.

As crianças em transição de escolas primárias de pior qualidade ou com currículo irregular entram na escola secundária em situação de desvantagem. O currículo encontra-se, muitas vezes, demasiado exigente para que consigam terminar o ciclo, ou, tal como a nossa experiência no projeto mostrou, em alguns casos, não é suficiente para realizar, com sucesso, o exame nacional.

A desigualdade que resulta deste fenómeno tem uma influência extremamente negativa na integração no mercado de trabalho e no desenvolvimento de projetos de vida, em comparação com a população maioritária. Infelizmente, o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, o primeiro estudo interdisciplinar específico sobre as comunidades ciganas em Portugal, não oferece dados quantitativos sobre esta área mas constata que “Na perspetiva dos atores institucionais com quem conversámos, a educação formal ainda representa a entrada num processo de reconfiguração e transformação identitária, temido ainda muitas vezes pela comunidade cigana, por ser desconhecido o alcance das conseqüências para os indivíduos.”¹ A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) publicou um estudo sobre a situação das comunidades ciganas especificamente na área da educação que tem dados e observações de grande valor e importância tanto sobre o caso Português, como de outros 10 países membros da União Europeia.

Segundo este estudo da FRA de 2014, na Europa, em média 14% das crianças ciganas em idade de escolaridade obrigatória não frequentam a escola. Em Portugal, 32% da população cigana com idade superior aos 16 anos nunca frequentou a escola. Esta taxa, no caso das pessoas com idade superior aos 45 anos, é 67% e nas pessoas com idades entre 16 a 24 anos de 9%. Observa-se um aumento significativo na adesão à educação formal nas últimas duas décadas. Entretanto, o abandono escolar continua com taxas muito elevadas tendo em conta que 83% da população cigana abandonou a escola antes dos 16 anos. Os dados da FRA relativos à literacia são igualmente preocupantes. Portugal é um dos países da União Europeia que tem a taxa de iliteracia mais alta. Este número é ainda mais preocupante nas comunidades ciganas portuguesas, onde 35% das pessoas não sabe ler e escrever, posicionando, assim, o país no fim do ranking da UE. Uma tendência positiva nesta taxa acompanha o acréscimo da integração no sistema educativo, tendo em conta que na faixa etária de 16-24 a iliteracia desce para 10% (45 anos e mais: 60%; 25-44 anos: 31%). Existe uma desigualdade de género gritante nas taxas de iliteracia, já que, em todas as faixas etárias, as mulheres

1 Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas pp102

apresentam quase o dobro da taxa de iliteracia.²

Estas tendências corroboram os resultados da investigação EPITeen24³ que concluiu que, em Portugal, atualmente o insucesso escolar dos pais e das mães tem uma influência negativa direta bastante significativa no sucesso escolar das/os filhas/os, tendo em conta que “O papel da origem social e educacional das/os jovens é visível na reprovação escolar. As/Os jovens com baixa escolaridade e cujos pais são também pouco escolarizados (Reprodução Educacional de Nível Baixo) têm, aos 17 anos, a taxa mais elevada (78,0%). Por sua vez, as taxas menos elevadas de reprovação correspondem às/aos jovens com escolaridade elevada e pais igualmente muito escolarizados (Reprodução Educacional de Nível Alto - 1,6%)”⁴ Embora este fenómeno não seja é surpreendente, importa ter em consideração no âmbito de uma intervenção eficaz na área da educação.

A educação é o pilar fundamental do combate à pobreza e à exclusão social. A educação de baixa qualidade limita de forma significativa as oportunidades e põe em causa projetos de vida. Melhor educação é garantia de perspectivas de emprego estável, o que é fundamental para a saída de uma situação marginalizada. A educação e o desenvolvimento dos vários talentos das pessoas contribui, não só para o projeto de vida e realização pessoal mas também para o desenvolvimento coletivo de uma sociedade. Uma população com mais alta escolaridade resulta em melhor coesão social, mais entendimento e apropriação do sistema político e económico e maior crescimento.

Os retornos individuais da educação formal em termos económicos estão comprovados, bem como a sua ligação à integração no mercado de trabalho. Em Portugal, para a população em geral, cada ano de escolaridade concluído a seguir ao 9º ano aumenta o salário numa média de 7% e, a seguir ao ensino secundário, entrando no ensino superior, cada ano adicional aumenta em média 15%⁵. Uma investigação abrangente na Hungria revelou uma correlação com ganhos ainda mais significativos a estudar contributos de diferentes fatores que influenciam o sucesso de uma pessoa cigana no mercado de trabalho.⁶ Os fatores examinados foram: sexo, idade, escolaridade, experiência profissional, intensidade da procura ativa de emprego, desenvolvimento económico da região de residência, tamanho e características étnicas do povoamento de residência, saúde, estilo de vida tradicional e intensidade das ligações intracomunitárias. Dentro desta lista abrangente, todos os fatores influenciam a integração das pessoas ciganas no mercado de trabalho, e alguns duplicam ou triplicam as probabilidades. No entanto, sobressaem três fatores com influência mais significativa, elevando a probabilidade para acima de 20 vezes mais: a escolaridade, a experiência profissional e a intensidade da procura ativa de emprego. Segundo os resultados deste estudo, comparando com uma pessoa cigana que não tem o segundo ciclo completo da escolaridade obrigatória:

- uma pessoa cigana que tem o 9º ano tem 3,11 vezes mais probabilidade de estar numa situação de emprego estável;
- uma pessoa cigana que tem formação profissional tem 7,57 vezes mais probabilidade de estar numa situação de emprego estável;
- uma pessoa cigana que tem o 12º ano completo tem 27.37 vezes mais probabilidade de estar numa situação de emprego estável;

2 Roma survey – Data in focus Education: the situation of Roma in 11 EU Member States, Publications Office of the European Union, 2014

3 <http://epiteen.iscsp.ulisboa.pt/en/reports/publications/item/130-brochura-de-resultados>

4 REPRODUZIR OU CONTRARIAR O DESTINO SOCIAL? Estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século XX em Portugal. Anália Torres e Henrique de Barros (Coordenadores) Bárbara Barbosa Neves, Diana Carvalho, Diana Maciel, Elisabete Ramos, Fátima Assunção, Fernando Serra, Helena Sant’Ana, Lara Tavares, Rui Brites e Vitória Mourão Síntese de resultados: <http://epiteen.iscsp.ulisboa.pt/en/reports/publications/item/130-brochura-de-resultados>

5 Educação e Mercado de Trabalho em Portugal, Retorno e transições http://www.poaftse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Estudos%202014/Relatorio_final_U_Minho.pdf

6 Mód, P. (2011), ‘Romák a munkaerőpiacon és azon túl’ [Roma on the labour market and beyond], in Kurucz, Roma kutatások, 2010, Élethelyzetek a társadalom peremén, Budapest, NCSZSI.

- uma pessoa cigana que tem um grau de ensino superior tem 33,37 vezes mais probabilidade de estar numa situação de emprego estável.

Educação e género

Ao falar em comunidades ciganas e género, é fundamental abordar os aspetos específicos de género no que diz respeito ao abandono escolar e projetos de vida. As comunidades ciganas têm uma cultura particularmente patriarcal onde as raparigas e mulheres, para além de serem alvos de discriminação externa por parte da comunidade maioritária e do sistema económico e social, tal como seus pares homens, sofrem também de uma discriminação interna, nomeadamente com base no sexo.

A retirada das meninas ciganas da escola é tradicionalmente considerado um ato necessário de preservação da cultura cigana, da comunidade e da identidade. Na sua base, encontra-se a construção social do sexo feminino enquanto guardião do lar, da família, dos valores da comunidade e a necessidade de preservar esta construção intata, sem alterações identitárias. A virgindade feminina, neste contexto, deixa de ser um assunto exclusivamente individual, torna-se uma questão pública, tal como os projetos de vida femininos. As mulheres que são expostas a contato com homens não ciganos perdem o seu valor, a sua “honra”, se a comunidade começa a falar sobre a possibilidade delas namorarem ou perderem a virgindade. Neste sentido, a pressão da família e da comunidade é muito grande e influenciam os pais e as mães para retirar as meninas da escola no início da adolescência. A pressão das comunidades para preservar os padrões tradicionais é muito forte e, assim, os casamentos precoces ou muitas vezes até de crianças (menores de 16 anos) são frequentes. O casamento coloca um maior peso nas mulheres, principais cuidadoras, mães e responsáveis por todo o trabalho doméstico. Assim, as raparigas jovens vêem-se muito mais limitadas no casamento precoce, em comparação com os seus maridos.

No entanto, existem cada vez mais casos onde este padrão é alterado. Há mais e mais raparigas que insistem que querem ir à escola e mais e mais mães a reconhecer a importância de um futuro diferente, com mais oportunidades e independência económica para as suas filhas. Já não é raro ver raparigas ciganas a acabar o 9º ano ou frequentar a escola secundária. Importa, pois, adotar uma abordagem de *mainstreaming* de género nos serviços públicos para apoiar os projetos de vida das mulheres ciganas.

Integração dos estudos na identidade cigana

As e os participantes do grupo piloto do projeto Opré Chavalé entrevistaram as e os pares nas suas famílias, vizinhança e colegas para perceber melhor qual a relação da identidade cultural da juventude cigana em Portugal com o sistema de ensino formal. Neste sentido, foram feitas as seguintes perguntas Quais são os aspetos positivos e negativos de um cigano/uma cigana estudar na faculdade?; Quando as meninas são retiradas da escola, esta retirada é cultural?;. Somos educadas/os para deixar a escola? ; A identidade cigana entra em conflito com a Universidade?

Aspetos Positivos e Negativos

Entre os aspetos positivos de um cigano/uma cigana estudar no ensino superior, os benefícios sócio-económicos são salientados em primeiro lugar, nomeadamente um melhor futuro para os filhos e as filhas, um estatuto social mais elevado e a possibilidade de um trabalho melhor. Os aspetos negativos são o racismo e ciganofobia, os preconceitos e a ignorância que enfrentam. Frequentemente afirmam que o ensino superior não é benéfico para as mulheres ciganas, porque elas podem envolver-se com os homens não ciganos, abandonar a tradição cigana, perder a sua identidade, o seu papel e “deixar de ser cigana” e porque podem ser “mal faladas na sua comunidade”, o que demonstra uma visão negativa por parte da comunidade.

Evidencia-se, no entanto, alguma ambivalência nas respostas dadas: *“Acho muito negativo andarem na faculdade, na escola, estudarem muito (...) Um aspeto positivo... É bom, temos futuro. Tenho filhos, tenho dois filhos, e espero que um dia mais tarde*

sejam alguém. Sejam pessoas na comunidade, e que evoluam como ser humanos, e com educação.”

“É cultural, mas tudo está a mudar”

Mais de metade dos homens concorda que a retirada das meninas da escola é cultural, tratando-se de uma tradição de “resguardar” as meninas. Consideram que esta tradição “*não faz mal a ninguém*”. Mas, ao mesmo tempo, discordam de que os ciganos sejam educados para deixar a escola e que, apesar de ser uma tradição antiga, não vão incitar os seus filhos para deixar os estudos, conscientes dos aspetos benéficos que a escolaridade traz aos indivíduos.

A opinião das mulheres entrevistadas, na generalidade, difere muito dos homens: elas acham que a retirada é cultural. Referem, no entanto, a necessidade de alterar esta tradição pois limita as mulheres nas suas ações, decisões e liberdades.

“Um dos meus sonhos que era quando eu era pequenina, sempre dizia isto a minha mãe era ser advogada. É irónico, é um sonho grande, mas era o meu maior sonho, o meu desejo de ser advogada.”

Deixar, ou não, de estudar, eis a questão

A questão de deixar ou não os estudos, na comunidade cigana, está fortemente relacionada com a questão de género e a questão da identidade. Quando os homens são questionados se são educados para deixar a escola, as respostas são maioritariamente negativas mostrando que os jovens ciganos podem optar por permanecer, ou não, na escola. Porém, quando a mesma questão é colocada às jovens ciganas, entende-se que, no caso das mulheres, existe de facto uma pressão para que elas não progridam nos seus estudos, mas invistam numa formação familiar maior de modo a tornarem-se “*boas esposas*” e “*boas mães*”. A análise revela que as mulheres são educadas para verem a escola como pouco importante na vida delas e num dado momento específico e curto, e a escolaridade nas mulheres ciganas é vista como um fator discriminatório dentro da própria comunidade.

A maioria das pessoas entrevistadas não considera que a comunidade cigana educa os seus membros para que abandonem a escola, no entanto, afirmam a existência de uma separação nessa mesma educação no caso das mulheres. As pessoas entrevistadas assumem que a escolaridade tem um papel fundamental no desenvolvimento pessoal dos seres humanos mas que isso não é dado como valor fundamental para as suas comunidades, pois existem conflitos de identidade e tradição. A escolaridade e o ensino superior são geralmente encarados como algo exterior às necessidades das comunidades ciganas e existem questões de género a fraturar as próprias comunidades.

Eu ou Nós?

A maioria das pessoas entrevistadas, inconscientemente, quando fala da sua opinião, fala de opinião da etnia cigana (ou da comunidade). Mas as respostas variam entre mulheres e homens respondentes.

Ao falar sobre o futuro delas e o futuro dos filhos e filhas, as mulheres com mais ou menos escolaridade e maior ou menor envolvimento em projetos de integração social falam de forma muito diferente. Uma mulher sem qualificação escolar e com projeto de vida tradicional tem tendência a projetar o mesmo futuro para as filhas: “*Para mim, para uma cigana, e eu desde pequenina que sou habituada assim, é casar, ter filhos e cuidar da casa. Depende de como a vida estiver nesse tempo. Se tiver um filho homem, ele que faça o que ele quiser. Mas se tiver uma filha mulher, vou resguardar.*”

Por outro lado, uma mulher com escolaridade mais alta, envolvida num projeto de intervenção, expressa uma opinião muito diferente: “*Se tivesse uma filha ia dar-lhe a oportunidade de escolher. Primeiro fazer a minha parte, fazer-lhe o primeiro ensino básico, ia para o segundo ensino, e depois dali, se ela quiser seguir, sim, é liberdade dela a escolher o futuro dela.*”

Mais de metade das pessoas entrevistadas diz que a identidade cigana não entra em

conflito com a universidade, no entanto o conflito continua a existir, sendo que várias pessoas afirmam haver uma rutura com a identidade cigana pela entrada na universidade, pois é considerado como um ato que sai da tradição. Neste sentido, podemos concluir que a juventude cigana é ambivalente quanto à sua participação no ensino superior e à aquisição de qualificações superiores face a projetos de vida mais ou menos tradicionais. Existe, cada vez mais, a opinião de afirmação do direito a estudar e a ter uma vida profissional fora do projeto de vida tradicional, embora não seja unânime.

Em coerência com as tendências de acréscimo da escolaridade e com a crise em que se encontram as profissões tradicionais das comunidades ciganas, as pessoas jovens começam a questionar o abandono escolar enquanto elemento de coesão e afirmação identitária. A questão é de ainda maior importância para as jovens mulheres ciganas, já que são estas que se vêm muito mais limitadas em termos de opções e oportunidades face a um padrão tradicional de projetos de vida no feminino.

O número crescente de mulheres que, com grande investimento pessoal, muitas vezes através de grande luta e sacrifícios, continuam a estudar, significa um desafio para a comunidade porque este ato sai das normas do papel que a mulher cigana tem de desempenhar. O poder transformador destas mulheres e dos homens que as apoiam será, pois, o ponto de viragem desta geração.

As pessoas entrevistadas de um projeto de intervenção social no norte do país disseram que existe muito suporte por parte da sociedade majoritária para que as crianças e jovens ciganas e ciganos continuem os estudos e que deve também ser um esforço exigido às comunidades ciganas para que os processos de integração sejam facilitados. Neste sentido, afirmam a importância do investimento do Estado no apoio ao seu desenvolvimento pessoal e comunitário e exigem à sua comunidade o apoio para um desenvolvimento coletivo positivo, resguardando os valores da cultura cigana e alterando os padrões que fazem com que a juventude perca oportunidades.

O que dizem as pessoas participantes do Opré Chavalé?

O grupo piloto do projeto Opré Chavalé é composto por 15 jovens mulheres e homens (6 mulheres e 9 homens) que no ano de 2015 se candidataram ao ensino superior, universidades e cursos técnicos e embarcaram numa viagem conjunta de reflexão e mudança tanto ao nível pessoal, como ao nível coletivo. As pessoas do grupo piloto, as e os ativistas da Letras Nómadas, as mediadoras e padrinhos do projeto encaram a mudança de mentalidades das comunidades ciganas como um desafio mas algo necessário e fundamental para garantir o futuro.

“Nós (pessoas ciganas) precisamos de sobreviver e as coisas são cada vez mais difíceis e se não for através dos estudos, as coisas são muito complicados” (B.B.)

“A vida do cigano está a acabar. A venda está a acabar. As pessoas têm o preconceito que (estudar) vai contra a sociedade cigana. Nós temos que mostrar que através da educação podemos ter um futuro melhor para nós.” (J.F.)

O grupo piloto, seguindo os passos de Olga Mariano e Bruno Gonçalves, líderes da Associação Letras Nómadas, sente-se confiante que enquanto movimento consegue contribuir para o empoderamento das suas comunidades promovendo uma mudança na forma como a educação é encarada.

“Quero ser um exemplo, quero que eles vejam que o cigano tem futuro, pode estudar e pode chegar a algum lado. Que o cigano é tão importante como a sociedade majoritária. Nós ciganos temos que procurar um futuro.” (J.L.) “Não nos vamos deixar escravizar, não vamos deixar pensarem por nós, vamos ser autosuficientes, vamos empoderar e vamos mudar a nossa realidade sem nunca perder a nossa identidade que é muito importante” (F.A.) “Vão ter um futuro muito melhor do que aquele que já têm” (J.F.)

As e os jovens do projeto são pessoas influentes nas suas comunidades e acreditam na sua experiência e que, com o seu exemplo, conseguem influenciar as outras pessoas jovens para que considerem os estudos como uma opção real de projeto de vida.

Têm motivação para passar este testemunho para reforçar as e os pares que querem seguir os mesmos passos mas não sabem onde começar ou têm receio de serem rejeitados/as pela comunidade. O exemplo vivo I é muito importante, pois são pessoas com contexto similar, com experiências e expectativas novas e um grande acréscimo em termos de oportunidades. O grupo piloto tem confiança que muitas outras pessoas vão seguir os seus passos.

“(durante o projeto) a palavra universidade aproximou-se de todos nós (família) e já parece uma coisa banal. Agora acredito que para mim é possível” (B.B.)

“É só mais uma etapa e o futuro torna-se mais amplo” (E.P.)

“Espero que o meu exemplo possa incentivar outras pessoas a estudar, principalmente a minha família”(J.F.)

“Fazer diferença serve de motivação para que isso no futuro não seja colocado sequer em causa, que seja uma banalidade, ingressar no ensino superior” (E.P.)

“Quem vai à frente é sempre mais difícil” mas “é mais fácil do que aquilo que a gente pensa” (T.V.)

Este novo movimento de jovens desafia o paradigma do antagonismo categórico entre a educação formal e a identidade cigana que encara o aumento da escolaridade como causa para uma perda direta das tradições e, subjacentemente, da identidade. Os encontros residenciais do projeto deram espaço para o reforço da reflexão crítica e o empoderamento destas pessoas jovens para se tornarem agentes de mudanças nas suas comunidades e na sociedade portuguesa em geral. Definem a sua identidade como algo dinâmico, com elementos diferentes que podem ser alterados em parte, sem se perder na totalidade. Encaram a alteração deste paradigma como necessário para a sobrevivência da sua comunidade, ou seja, como indispensável para a não extinção do próprio sujeito e a prosperidade da cultura. Reconhecem que existem elementos da cultura e da identidade que têm de ser flexibilizados ou inteiramente deixados para trás mas encaram esta mudança como positiva e absolutamente necessária. O grupo piloto sente a necessidade do seu ativismo transformador e, com mais estudos, sente-se mais capacitado para lutar pelos Direitos Humanos das suas comunidades, algo que encaram como fundamental.

“Há o risco de perdermos parte da nossa identidade mas não vamos deixar de ser ciganos. Vamos ser estudantes ciganos” (J.L.)

“As minhas Leis não vão deixar de ser as minhas Leis só por querer saber mais” (T.V.)

“Nós temos de evoluir um pouco. Temos de perceber o que é mesmo cultural nosso, o que não podemos deixar, distinguir daquelas coisas que poderão ser deixadas de lado” (C.M.)

“Acho que reforcei a identidade cigana porque ao ver que a minha vida pode melhorar e ao sentir-me bem comigo mesmo, com a esperança de um futuro melhor, sinto que a minha etnia sai mais reforçada porque estou a projetar o bom nela” (E.P.)

“Sinto-me ainda mais cigano e com mais vontade de gritar pelo meu povo porque nós ciganos precisamos de ter orgulho de quem nós somos, dar a nossa cara e a nossa voz” (P.T.)

Responsabilidades do Estado Português

Portugal subscreveu os principais documentos Europeus e Internacionais em matéria de Direitos Humanos. Os princípios fundamentais e os Direitos integrantes destes documentos que representam um marco importante ao nível internacional, fazem parte da Constituição, e guiam a elaboração das políticas públicas sobre e para as comunidades ciganas. O enquadramento jurídico de Direito Internacional, Europeu e Português reconhece, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1949, o direito à educação como um direito inalienável a todos os seres humanos.

Provisões legais sobre o direito à educação de qualidade existem em várias Convenções das Nações Unidas ratificadas pelo Estado Português:

- Convenção contra a Discriminação na Educação da UNESCO (1960)
- Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966)
- Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (1989)

Com base nestes documentos, a UNICEF⁷ desenhou o quadro que é necessário assegurar para implementar uma abordagem que respeita plenamente os Direitos Humanos na educação:

- O direito ao acesso à educação
 - Educação em todas as fases da infância e a seguir
 - Disponibilidade e acessibilidade da educação
 - Igualdade de Oportunidades
- Direito à educação de qualidade
 - Currículo amplo, abrangente e pertinente
 - Aprendizagem e avaliação com base nos direitos
 - Ambiente seguro, saudável e apropriado para crianças
- Direito ao respeito em ambiente escolar/educativo
 - Respeito pela identidade
 - Respeito pelos direitos à participação
 - Respeito pela integridade

O Comité CEDAW - Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres tem destacado nas suas recomendações ao Estado Português a falta de intervenção pública para assegurar os Direitos Humanos das mulheres ciganas. Este grupo é considerado particularmente vulnerável, devido à situação marginal dentro e fora da comunidade, sendo alvo de discriminação interna e externa. O Comité, nas suas recomendações a seguir ao oitavo e nono relatório do Estado Português,⁸ destaca, entre outras, a área da integração no sistema educativo, prevenção do abandono escolar, bem como a área do emprego, como prioritárias para a intervenção pública junto das mulheres ciganas.

A Carta Social Europeia⁹, um documento Internacional ratificado pelo Estado Português em 1991 e que tem como objetivo garantir os direitos sociais e económicos fundamentais dos cidadãos e das cidadãs da Europa, é um documento complementar à Convenção Europeia sobre Direitos Humanos. O Artigo 10º da Carta trata a formação profissional: “Com vista a assegurar o exercício efectivo do direito à formação profissional, as Partes comprometem-se: 1) A assegurar ou a favorecer, tanto quanto necessário, a formação técnica e profissional de todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiência, consultadas as organizações profissionais de empregadores e de trabalhadores, e a conceder meios que permitam o acesso ao ensino técnico superior e ao ensino universitário, segundo o critério único de aptidão individual; (...) 5) A encorajar a plena utilização dos meios previstos em disposições apropriadas, tais como: a) A redução ou abolição de todas as propinas e encargos; b) A concessão de assistência financeira nos casos apropriados;(...)”

7 UNICEF (2007a), A human rights-based approach to education for all, New York, UNICEF

8 http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/PRT/CEDAW_C_PRT_8-9_794_E.pdf

9 http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html

O Conselho da Europa tem Recomendações específicas ligadas à área que, embora não vinculativas, os Estados parte são incentivados a adotar e ter em conta na construção das suas políticas, nomeadamente:

- A Recomendação Rec(2001)17 para melhorar a situação económica e de emprego dos Roma/Ciganos e Travellers na Europa¹⁰ que apela aos Governos, no ponto 33, para introduzir incentivos positivos como bolsas e mentoria para apoiar as/os jovens ciganas/os a completar os seus estudos no ensino secundário, frequentar o ensino superior e participarem em estágios. Apela aos Governos a considerar melhorar os indicadores baixos dos níveis de qualificação e participação no ensino superior.
- Recomendação 1557 (2002) sobre a situação legal dos Roma na Europa: no seu ponto 15.c, apela aos Estados para tomarem as medidas necessárias para garantir o tratamento igual para a minoria Romani enquanto minoria étnica ou nacional na área da educação e ter um enfoque especial em incentivar pais ciganos para enviarem os seus filhos e filhas à escola primária, secundária e ensino superior, incluindo escolas superiores e universidades e oferecer informação adequada sobre a indispensabilidade da educação.

No âmbito da União Europeia, existem recomendações que dão indicações para o Estado Português elaborar políticas públicas adequadas para a integração da população cigana no Ensino Superior e que podem assegurar um entendimento comum nesta área:

- Resolução do Parlamento Europeu, de 11 de Março de 2009, sobre a situação social dos Roma e a melhoria do respetivo acesso ao mercado de trabalho na União Europeia (2008/2137(INI)), em que se encontram as seguintes em relação de educação¹¹:

Constata que a desigualdade de acesso aos serviços e as desvantagens socioeconómicas enfrentadas pelas crianças Roma colocam, na prática, fora do seu alcance o desenvolvimento precoce e uma educação de qualidade; salienta que essas desvantagens determinam negativamente, por seu turno, o seu desenvolvimento emocional, social, físico e pessoal, bem como as suas oportunidades futuras no mercado de trabalho e, consequentemente, a sua integração na sociedade;

Assinala que os sistemas educativos são seletivos e que, apesar dos esforços dos Estados-Membros para superar a segregação, os múltiplos e variados sistemas deliberadamente concebidos para combater a segregação servem de facto muitas vezes para acentuar as disparidades entre grupos sociais e são profundamente desfavoráveis para os pobres, designadamente os Roma, que são apanhados numa espiral descendente; salienta, por conseguinte, a necessidade de políticas educativas que sejam especificamente destinadas às famílias Roma e que incentivem a participação ativa; Salienta que, embora em determinados Estados-Membros, tenha aumentado a proporção de jovens Roma em estabelecimentos do ensino secundário e superior, o seu nível de habilitações continua a estar muito aquém da média da UE; assinala o fosso existente entre a escassez de mão-de-obra, por um lado, e uma elevada taxa de desemprego associada a baixos níveis de competências entre os Roma, por outro; solicita, por conseguinte, que os Estados-Membros e a UE apoiem, enquanto prioridade, os Roma a aumentarem as suas qualificações; chama a atenção para o facto de, na ausência de qualificações formais, a situação dos Roma no mercado de trabalho poder igualmente ser melhorada através da criação de um sistema de reconhecimento das competências práticas;

10 https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805e2958

11 Jornal Oficial da União Europeia, C 87 E, 01.04.2010, p 63.

Insta os Estados-Membros a garantirem que as mulheres e as raparigas Roma tenham acesso, em condições de igualdade, a uma educação de alta qualidade, bem como a introduzirem incentivos (nomeadamente, oportunidades de desenvolvimento profissional), no intuito de atrair professores altamente qualificados para as escolas situadas em zonas desfavorecidas do ponto de vista socioeconómico, designadamente, em comunidades do meio rural nas quais as populações Roma tenham um peso significativo;

Insta os Estados-Membros a facilitarem o acesso das mulheres da população Roma à formação profissional, adaptando-a às necessidades dos mercados de trabalho locais, para que elas possam dispor de qualificações compatíveis com o mercado;

- A “Recomendação do Conselho relativa a medidas eficazes para a integração dos ciganos nos Estados-Membros de 9 de dezembro de 2013”, estabelece as seguintes duas recomendações específicas nesta área:

h) o incentivo à participação dos ciganos no ensino secundário e superior e à conclusão destes graus de ensino;

i) o alargamento do acesso ao ensino recorrente e à educação de adultos, e o apoio à transição entre graus de ensino e à aquisição de competências adaptadas às necessidades do mercado de trabalho¹².

O Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género da União Europeia 2016-2020 realça que as necessidades específicas de grupos que enfrentam desvantagens múltiplas, entre os quais as mulheres ciganas se encontram destacadas, devem ser tratadas com atenção específica de forma transversal a todas as áreas prioritárias da intervenção para a Igualdade de Género.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas prevê a transversalidade da prioridade da Igualdade de Género mas, no Eixo da Educação, responsabilidade do Ministério da Educação, só prevê indicadores relativos a jovens do sexo feminino para as medidas 20 e 22, relativas a escolaridade obrigatória e prevenção do abandono escolar. Na medida 21 e 23, sobre a integração no ensino secundário e superior e aprendizagem ao longo da vida, falta destacar as jovens mulheres, passando, assim, uma mensagem subliminar de discriminação com base no sexo, dando menor importância às jovens do que aos seus pares masculinos. É necessário alterar esta abordagem discriminatória, pois um desenvolvimento sustentável e a plena realização dos Direitos Humanos de uma comunidade só é possível com a realização da igualdade substantiva.

Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

A 5 de abril de 2011 a Comissão Europeia emitiu um comunicado intitulado “Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020”, incentivando os Estados-Membros a adotar uma abordagem abrangente na área da integração das comunidades ciganas e subscrever um conjunto de objetivos na área da educação, do emprego, da saúde e da habitação com fim de incentivar a integração dos ciganos e de definir as responsabilidades dos Estados-Membros. A proposta foi aprovada e publicada nas conclusões do Conselho da União Europeia de 19 de maio de 2011 e os Estados-Membros foram convidados a elaborar as estratégias nacionais até o final de dezembro de 2011.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) do Estado Português foi aprovada em 17 de abril de 2013, com a Resolução do Conselho de Ministros N.º 20/2013. A ENICC desenha o primeiro quadro político ao nível nacional sobre as prioridades na área de educação, emprego e formação, habitação e saúde, além de um conjunto de prioridades transversais.

No que diz respeito à área da educação, uma das áreas mais importantes da Estraté-

¹² Jornal Oficial da União Europeia C 378, 24.12.2013, p.4.

gia, constata-se que “São conhecidas as dificuldades de inserção social das comunidades ciganas, em Portugal, sendo evidentes os obstáculos que enfrentam os jovens ciganos no processo de entrada na vida ativa e no mundo do trabalho. Esta situação encontra-se, evidentemente, associada à fraca escolarização desta população e à elevada taxa de insucesso e de abandono escolar precoce das crianças e jovens ciganos.” (ENICC:45). As prioridades desta área foram desenhadas pela Direção Geral de Educação e pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciências, que são as entidades responsáveis pela implementação das medidas ligadas à educação. O Eixo contém 8 prioridades e 27 medidas, entre quais uma prioridade diz respeito à questão do ensino de nível superior, a Prioridade 21 que visa promover a continuidade da escolarização ao nível do ensino secundário, incentivando a formação superior.

Boas Práticas Internacionais

O primeiro documento Internacional que refere as questões ligadas às comunidades ciganas foi adotado pelo Conselho da Europa no ano de 1969; entretanto, ao nível Europeu e Internacional, a reflexão e ação substancial no sentido de promover os Direitos Humanos destas populações, só prosseguiu a partir dos anos 90 do século XX. O movimento começou por se centrar nas questões mais urgentes ligadas às violações mais marcantes dos Direitos Humanos, procurando dar visibilidade e proteção da perseguição, assegurar representação legal em casos de discriminação direta e infringimento dos direitos fundamentais. Na primeira década do século XXI, o foco alargou-se para os direitos ligados ao cumprimento das necessidades básicas, como a saúde e a habitação digna e, nos últimos anos, os Estados Europeus reforçaram a sua intervenção para a igualdade de oportunidades no emprego, educação e condições sociais como elementos fundamentais para um desenvolvimento económico sustentável e inteligente.

Boas práticas - Mecanismos

Existem mecanismos integrados que contam com o apoio de Governos, Organizações Intergovernamentais e Internacionais, financiamento de fundos públicos e privados, que oferecem serviços integrados para a inclusão de jovens ciganas e ciganos no ensino superior.

Década da inclusão dos Roma 2005-2015¹³

A Década da Inclusão das Pessoas Roma 2005-2015 foi um compromisso de 10 anos de 12 países europeus que têm uma população cigana significativa (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Espanha, Hungria, Macedónia, Montenegro, República Checa e Servia), apoiada pelo Banco Mundial e pela Fundação Open Society, com o objetivo de melhorar as condições socio-económicas e promover a inclusão social das comunidades ciganas. A Década, que surgiu em 2005, é uma iniciativa Internacional que reúne governos, organizações intergovernamentais e não-governamentais, bem como a sociedade civil cigana. Representa a primeira iniciativa internacional que visou fechar o gap entre a população cigana e o resto da sociedade, focando nas áreas prioritárias da educação, emprego, saúde e habitação, através dos compromissos dos governos para ter em conta outras questões fundamentais, como a pobreza, a discriminação e igualdade de género.

A Década, na área da integração das comunidades ciganas no ensino superior, delinheu a seguinte estratégia:

1. Aumento do número de estudantes universitários/as ciganas/os através de:
 - Esforços sistemáticos para aumentar o número de alunos/os ciganos/os matriculados em instituições de ensino superior, com assistência no processo de inscrição;

13 www.romadecade.org

- Apoio às/aos candidatas/os à preparação para os exames de admissão à universidade;
- Alojamento em residências universitárias
- Bolsas de estudo para estudantes ciganas/os necessitados;
- Estágios com a população Roma, dependendo da área de estudo;
- Cursos de formação para professoras/es sobre multiculturalidade e, neste contexto, sobre história, cultura e língua cigana
- Criação de parcerias para as/os alunas/os ciganas/os terem uma clara perspetiva de emprego após a licenciatura

2. Introdução ou aperfeiçoamento dos programas de compensação das desvantagens no ensino superior no sentido de assegurar a admissão no ensino superior e a conclusão dos estudos das/os alunas/os com múltiplas desvantagens, recorrendo às seguintes medidas:

- Reforçar as medidas de criação de oportunidades no ensino superior;
- Promoção do sucesso das/os alunas/os desfavorecidas/os nos seus estudos superiores;
- Garantir o acesso de estudantes desfavorecidas/os a alojamento em residências universitárias.

3. Promover a negociação com a representação das instituições de ensino superior sobre a criação de um programa de bolsas para estudantes ciganas/os com o objetivo de garantir a igualdade de acesso ao ensino superior de qualidade.

4. Facilitar o acesso e frequência contínua de jovens ciganas/os na universidade através das seguintes medidas:

- Fomentar programas de orientação profissional nos últimos anos do ensino formal obrigatório, bem como na educação de adultas/os, com o objetivo de facilitar a transição da escola para o trabalho;
- Promover programas de apoio/bolsas geridos por organizações sem fins lucrativos ou instituições privadas para facilitar o acesso de jovens ciganas/os à universidade;
- Incentivar as associações ciganas a desenvolver programas que facilitem o acesso das/dos jovens ciganas/os ao ensino superior;
- Promover programas de apoio académico nos Centros de Educação de Adultos facilitando a conclusão do ensino secundário e o acesso ao ensino superior através de exames de maiores de 25, especialmente no caso das mulheres ciganas;
- Incentivar as/os jovens ciganas/os a continuar o seu percurso académico, especialmente no caso das mulheres.

Fundo da Educação Roma¹⁴

O Fundo da Educação Roma - Roma Education Fund (REF) foi criado no âmbito da Década da Inclusão Roma em 2005. A sua missão e objetivo é fechar o gap que existe em termos de resultados da educação entre os Roma e não-Roma. Para alcançar este objetivo, a organização apoia políticas e programas que asseguram a educação de qualidade para as comunidades ciganas, incluindo a desagregação dos sistemas educativos.

Através das suas atividades, o REF promove a inclusão das comunidades ciganas em todos os aspetos dos sistemas educativos nos países que fazem parte da Década da Inclusão dos Roma, bem como noutros países que desejam participar neste esforço coletivo.

Os objetivos do REF são:

- Assegurar o acesso ao ensino obrigatório, por exemplo, através do envolvimento de progenitores/as na educação para reduzir o abandono ou providenciando livros gratuitos e outros materiais escolares;

14 <http://www.romaeducationfund.hu/ref-one-page>

- Melhorar a qualidade da educação, por exemplo, através de alterações no currículo, introdução do ensino em língua Roma, educação para a tolerância e anti-enviesamento e formação de mediadoras/es escolares;
- Implementar a integração e dessegregação de alunas/os Roma oriundas/os de escolas e turmas segregadas ou do ensino especial, bem como eliminar todas as turmas e escolas segregadas;
- Alargar o acesso ao ensino pré-escolar, por exemplo, através de campanhas de informação, assistência com os procedimentos de registo e trabalho junto de progenitores/as para promover a adesão;
- Aumentar o acesso ao ensino secundário, pós-secundário e de adultas/os, por exemplo, através de bolsas, cursos de alfabetização de adultas/os e orientação profissional para alunas/os das escolas secundárias.

O Fundo da Educação Roma promove cinco programas principais:

- Programa de Apoio a Projetos, que financia projetos e programas
- Programa de Bolsas REF, o maior programa de bolsas para estudantes ciganas/os que frequentam o ensino superior
- Programa de Desenvolvimento de Políticas e Capacitação, que apoia atividades que contribuem para a criação de enquadramento para o diálogo entre os governos e a sociedade civil sobre reformas na área da educação e a inclusão das comunidades ciganas
- Programa de Comunicação e Aprendizagem Transnacional que inclui atividades para promover o intercâmbio de saberes sobre reformas das políticas de educação e a inclusão das comunidades ciganas
- Programa de Subvenções Reembolsáveis para ajudar as ONG Ciganas e autarquias locais a acederem a fundos comunitários na área da integração das comunidades ciganas

Fundação Romaversitas¹⁵

O programa de Romaversitas foi criado na Hungria em 1997 para prestar apoio a jovens da comunidade cigana para facilitar o acesso ao ensino superior. Hoje em dia, a Romaversitas tornou-se uma marca internacional e existem mais 7 programas em 6 países (Albânia, Bulgária, Kosovo, Macedónia, Moldávia e Sérvia.) A Romaversitas é uma iniciativa que não oferece apenas apoio financeiro mas, também, uma comunidade coesa e um programa de capacitação.

A Romaversitas é:

- Uma Comunidade onde jovens estudantes ciganas/os podem partilhar com suas/seus pares as experiências e vivências específicas à sua etnia e podem, em conjunto, apoiando umas e outros, procurar as suas respostas individuais à questão complicada da identidade
- Um Programa de Capacitação que oferece apoio para se tornarem profissionais com formação ao mais alto nível, equilibrados, responsáveis que têm orgulho na sua identidade. Existe um exame de entrada e o apoio financeiro depende da participação ativa no Programa e no desempenho no curso escolhido.
- Um Espaço com Internet e impressoras à disposição das pessoas e um café para convívio

Os serviços da Romaversitas:

- Bolsas de estudo
- Sessões regulares de formação temática: num fim de semana por mês abordam-se os mais variados temas escolhidos pelas/os jovens através de seminários, filmes, visitas guiadas, teatro etc
- Cursos gratuitos de línguas e programas Internacionais, visitas de estudo ao estrangeiro e intercâmbios
- Tutores para um trabalho científico mais aprofundado

15 <http://www.romaversitas.hu/?q=magunkrol>

- Apoio à elaboração das teses
- Apoio personalizado aos estudos
- Coaching e apoio psicológico
- Programa de mentoria: as pessoas recém chegadas à Romaversitas são acompanhadas por uma pessoa jovem com maior experiência
- Acesso ao espaço com Internet, impressoras e espaço para convívio

Boas Práticas - Projetos

Os projetos bem sucedidos implementados por organizações da Sociedade Civil, por autarquias locais ou por instituições públicas, servem de exemplo e inspiração para futuras ações. São os projetos que, devido à sua visão inovadora e replicabilidade, oferecem uma abordagem a seguir nos projetos de intervenção no futuro.

Fundação Secretariado Cigano: Programa para facilitar o acesso e a continuidade dos estudos no ensino secundário e superior para jovens estudantes ciganos e ciganas¹⁶

O programa tem como objetivo facilitar o acesso de alunas e alunos ciganos à aprendizagem contínua e a educação em todo o sistema educativo até alcançar uma qualificação em níveis pós-obrigatórios: Bacharelato e Superior e Universidade (licenciatura). O programa tem dois eixos de intervenção: o apoio económico através de um programa de bolsas e o apoio individual de tutoria, colaboração com as famílias e encontros de jovens ciganas e ciganos.

Para motivar as e os alunas/os ciganas/os a permanecer no ensino secundário e entrar no ensino superior, existe um programa de bolsas de estudo, visando especificamente estudantes ciganas/os matriculados no ensino secundário, formação profissional e universidade; por outro lado reúne alunas e alunos em encontros de tutoria com alunas/os do ensino obrigatório, pós-obrigatório, organiza encontros com famílias ciganas, estudantes não-ciganas, escolas, professores e outras organizações parceiras que partilham os objetivos do projeto.

As bolsas são destinadas a alunos e alunas ciganos matriculados nos níveis de ensino pós-obrigatório: Ensino secundário, formação profissional e superior e universitário.

As reuniões são destinadas a alunos e alunas ciganos estudantes de níveis pós-obrigatório, níveis obrigatórios, famílias ciganas, estudantes não-ciganas/os, professores e escolas ou organizações que colaboram regularmente para a realização dos objectivos do programa.

Universidade Centro-Europeia: Programa de Acesso aos Roma

O Programa de Preparação de Licenciados/as Ciganos/as “Roma Graduate Preparation Program” é um programa da Universidade Centro-Europeia (CEU) que foi fundado em 2004 e tem atingido resultados de grande sucesso. O Programa prepara jovens ciganos e ciganas licenciados/as que têm interesse nas áreas das ciências sociais e humanidades para conseguirem ingressar em Mestrado em universidades reconhecidas ao nível Internacional.

O programa oferece preparação na área pretendida através de tutoria intensiva em áreas como economia, estudos de género, estudos europeus, direitos, Direitos Humanos, nacionalismos, ciência política, políticas públicas e administração pública, sociologia, antropologia social. Oferece uma formação intensiva em língua inglesa e capacitação para a escrita, pensamento crítico e competências de estudo. As e os participantes podem visitar as aulas dos Mestrados da CEU ganhando, assim, experiência em primeira mão e são incentivados/as a participar em debates críticos sobre a condição social, política, económica da população Roma em seminários que combinam o estudo de história e identidade.

As pessoas beneficiárias do programa recebem bolsas para toda a duração do programa. O apoio financeiro suporta a deslocação ida e volta para Budapeste, propinas,

¹⁶ http://www.gitanos.org/marco/programas_del_irpf_11_gestionados_por_la_fsg/programas/programa_para_facilitar_el_acceso_y_la_continuidad_en_los_estudios_medios_y_superiores.html

alojamento na Residência Universitária CEU, seguro de saúde, materiais de estudo e despesas de vida.

Fundação Roma Itália: Fuochi Attivi¹⁷

O projeto é promovido por 8 estudantes ativistas que frequentam a universidade e coopera com oito regiões da Itália e promove a cidadania ativa, a consciência política e dos direitos e a excelência nos estudos de estudantes ciganas e ciganos através de seminários e workshops promovidos por e para estudantes ciganos e ciganas. Os objetivos do curso de formação TRE ERRE “Fuochi attivi” são:

- desenvolver conhecimentos, competências e atitudes necessárias para a promoção e proteção dos direitos de cidadania;
- compreender e analisar as causas, manifestações, consequências e impacto da indiferença política para a Roma;
- fornecer conhecimentos em relação aos métodos e práticas de comunicação para a divulgação adequada da cultura Romani;
- investigar, analisar e avaliar as abordagens e ferramentas, bem como possíveis perspectivas em relação à integração no mercado de trabalho e o trabalho em geral;
- apoiar e reforçar a definição do seu papel enquanto agentes ativos para o reforço das comunidades ciganas;
- criar e apoiar o desenvolvimento de uma rede de ativistas Roma também através da implementação de canais de comunicação privados e intercomunitário.

ActiveWatch: Profesionisti Romi în Domeniul Medical¹⁸

O Projeto que foi implementado na Roménia pela organização ActiveWatch entre 2011 e 2014, pretendeu contribuir para a formação de uma geração de especialistas Roma no campo da medicina através de apoios e incentivos a jovens ciganas e ciganos para integrarem o ensino superior nas diversas áreas ligadas à saúde para combater os estereótipos sobre o desinteresse das comunidades ciganas pela educação e prática de profissões que exigem um alto grau de competências e formação.

O projeto envolveu 500 jovens ciganas e ciganos da Roménia aos vários níveis do programa (mentoria, tutoria e bolsas), interessadas/os em prosseguir uma carreira na área da medicina. Foram selecionadas/os jovens com excelentes resultados escolares e elevados níveis de motivação que tiveram acesso a um programa de mentoria, tutoria e bolsas de estudo.

17 <http://www.fondazioneromani.eu/attivita/progetti/57-fuochi-attivi>

18 <http://www.profesionistiro.ro/proiect/>

O Projeto Opré Chavalé

Promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres em parceria com a Associação Letras Nómadas, o Opré Chavalé foi um projeto piloto inovador, com base em práticas de ação positiva, que visou facilitar o acesso das comunidades ciganas ao ensino superior. O seu objetivo geral é quebrar barreiras no acesso ao sistema de educação formal, nomeadamente ao ensino superior, mas também cursos académicos e técnicos.

Devido à socialização diferenciada em termos de papéis sociais de género e à falta de exemplos/modelos geracionais, as/os jovens da comunidade cigana encaram dificuldades acrescidas no acesso à aprendizagem ao longo da vida. No âmbito do Opré Chavalé foi, por isso, criado um Programa de Capacitação, replicável, que teve por objetivo empoderar as e os participantes, através do desenvolvimento de competências para o acesso ao ensino superior promovendo, simultaneamente, as questões de género e interculturalidade e uma participação cidadã. O Programa é inovador e atua simultaneamente em duas áreas: trabalhando o desenvolvimento pessoal, abordando temas como Direitos Humanos e Igualdade de Género, e promovendo o debate e a conciliação dos mesmos com a identidade cigana.

O projeto incluiu, ainda, outras medidas de apoio, nomeadamente mentoria, numa lógica de trabalho entre pares de jovens, ciganas/os e não-ciganas/os, e contou com um Gabinete de Lobbying, que pretendeu mapear medidas de ação positiva, e chamar a atenção de interlocutores chave relativamente às questões específicas relativas à juventude nas comunidades ciganas.

Com o Grupo Piloto, enquanto exemplo, e os contributos da Letras Nómadas na área da mediação intercultural, o projeto sensibilizou, por um lado, as comunidades ciganas e, por outro lado, agentes chave no âmbito do sistema do ensino formal. É com este objetivo que foi criada a Campanha “Sou Português/a, sou cigano/a, estudo e tenho futuro!” de âmbito nacional, com a participação do Grupo Piloto num vídeo de sensibilização, e que será disseminada junto das comunidades ciganas e a comunidade maioritária, em parceria com o Centro de Juventude de Lisboa do Instituto Português do Desporto e da Juventude. Foi produzido, também, um folheto informativo com linguagem acessível dirigido às e aos jovens, que integra os resultados do mapeamento de possibilidades, e informação específica relevante.

O projeto Opré Chavalé é um projeto de ação positiva que reconhece as desigualdades subjacentes no acesso ao ensino superior. Uma ação positiva compreende um conjunto de medidas destinadas a um grupo específico, com as quais se pretende eliminar e prevenir a discriminação ou compensar as desvantagens decorrentes de atitudes, comportamentos e estruturas existentes (por vezes denominada «discriminação positiva»). Comparada à juventude portuguesa em geral, a juventude cigana apresenta uma desvantagem grave no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. O projeto Opré Chavalé tem como objetivo equilibrar as oportunidades com intervenção direcionada às áreas onde a juventude cigana apresenta desvantagens, nomeadamente:

- *oportunidades económicas* - Esta é uma área muito importante, pois grande parte das comunidades ciganas vive em situação de pobreza e exclusão social e, conseqüentemente, não tem como pagar, não só as propinas mas, também, as despesas relativas às candidaturas e exames de ingresso. Ao mesmo tempo, esta questão é a mais fácil de solucionar, nomeadamente com apoios financeiros específicos e bolsas de estudo.
- *contexto externo* - Se queremos implementar a um nível mais alargado os projetos pilotos/iniciativas pioneiras na área da educação, enfrentamos o desafio de motivar os *stakeholders* ao nível nacional e local a cooperarem ativamente com a sociedade civil nas iniciativas na área de educação, envolvendo as comunidades ciganas na criação desses projetos educacionais. As escolas, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e outras instituições públicas e privadas que inter-

vêm nesta área, sofrem muitas vezes do mesmo enviesamento que toda a sociedade maioritária. Se o sistema não investir na desconstrução dos estereótipos, não só falha em criar um ambiente de oportunidades abertas para as pessoas jovens que se encontram em fase de construção de projeto de vida mas acaba por colocar sérios entraves para aquelas pessoas que já têm a decisão tomada. Não é raro existir uma segregação de turmas nas escolas, desde a entrada na primária onde separam as crianças entre turmas de forma segregada mas não explícita. *“No 9º ano, os próprios professores perguntavam o que ela está a fazer ali? Porque não vai para a turma das meninas ciganas (...) passou do 9º para o 10º e optou por não dizer aos professores que é cigana” (D.M. - mãe)* *“Estava a frequentar o mestrado e, infelizmente tive de recorrer ao RSI naquela altura. A doutora do IEFP, a um certo ponto, queria que eu interrompesse o mestrado para participar numa formação no âmbito do RSI. Foi muito complicado conseguir que dessem autorização para faltar ao curso do IEFP e continuar no mestrado” (P.T. - padrinho voluntário do projeto)*

- *comunidade e família* - Para combater a falta de oportunidades devido ao contexto pouco encorajador, é necessário intervir tanto junto da comunidade cigana, como junto da sociedade maioritária. As e os jovens ciganos, regra geral, vivem em contextos familiares, escolares e de comunidade onde existe pouca informação sobre oportunidades no ensino superior e aprendizagem ao longo da vida. Como já referido, o antagonismo entre a identidade cigana e a vida de estudante é um problema real para as comunidades. A mediação e o empoderamento das e dos participantes é fundamental para ultrapassar este obstáculo, para as e os estudantes não serem marginalizados nas suas comunidades mas inteiramente realizados como agentes de mudança. Para além da mediação e sensibilização das instituições e sessões de informação às comunidades, é necessário elaborar folhetos informativos com linguagem inclusiva e acessível especificamente elaborada para jovens ciganas e ciganos.
- *soft skills específicas* - As *soft skills* - um conjunto de atitudes, competências, aptidões e atributos que melhoram o desempenho profissional e o relacionamento com as pessoas - são adquiridas durante a socialização. As *soft skills* necessárias para o sucesso no ensino superior são adquiridas em contexto escolar e familiar que seguem os padrões da sociedade maioritária. As *soft skills* necessárias para o contexto tradicional das comunidades ciganas são muito diferentes e, neste sentido, as crianças ciganas, durante a sua socialização, desenvolvem competências diferentes. Para sucesso no ensino superior e no contexto competitivo do mercado de trabalho, é necessário investir no desenvolvimento de *soft skills* e, neste sentido, investir em capacitação específica.
- *oportunidades específicas para as raparigas* - Para uma educação com base em direitos, é fundamental assegurar iguais oportunidades de acesso para as raparigas; só assim se contribuirá para a realização plena dos Direitos Humanos. Como a questão da escolaridade das raparigas é uma questão muito sensível nas comunidades ciganas, uma intervenção específica requer vigilância constante e uma estratégia eficaz de mainstreaming de género. A reflexão sobre a ameaça da perda identitária tem especial enfoque nesta questão e, assim, a Igualdade de Género tem de ser um dos pilares da metodologia.
- *modelos de sucesso* - A juventude cigana raramente tem ao seu alcance modelos de sucesso para servir de base para um projeto de vida alternativo. O reforço dos e das pares é fundamental para o empoderamento pessoal. Neste sentido, o projeto trabalhou com dois padrinhos, ambos jovens com carreiras de sucesso nas suas áreas (direito e engenharia) que, com os seus exemplos, historia, testemunhos e apoio pessoal, contribuíram muito para a motivação, autoestima e reforço geral das pessoas do grupo piloto.

Metodologia

A metodologia do projeto assentou em 3 pilares fundamentais - a Mediação, a Igualdade de Género e o Programa de Capacitação. Estes pilares visaram alcançar não só uma mudança no projeto de vida das pessoas mas, também, uma mudança de mentalidades dentro e fora da comunidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades ciganas em Portugal.

Mediação

A mediação intercultural, enquanto ferramenta positiva de intervenção social, é cada vez mais reconhecida no trabalho junto de comunidades imigrantes, comunidades ciganas e comunidades pertencentes a diferentes subculturas ou grupos desfavorecidos. Este reconhecimento tem ganho visibilidade ao nível Internacional, Nacional e local, tanto no desenho das políticas públicas Europeias e Nacionais como no desenho de um plano de ação local.

A 12 de setembro de 2012 foi adotada a Recomendação CM/Rec(2012)9 sobre a mediação como ferramenta eficaz para a promoção do respeito pelos Direitos Humanos e inclusão social dos Roma do Conselho da Europa.¹⁹ Esta Recomendação, consciente que a discriminação e exclusão social podem ser superadas de forma mais eficaz através de políticas globais, coerentes e proactivas, dirigidas tanto às comunidades ciganas, como à sociedade maioritária, que garantem a integração e participação das comunidades ciganas nas sociedades em que vivem e respeita a sua identidade, reconhece que a mediação é uma ferramenta útil para melhorar a inclusão destas comunidades.

A mediação contribui para a construção de pontes entre a comunidade cigana e as instituições a longo prazo, melhora a cooperação e comunicação entre pares e ajuda a aperfeiçoar as soluções conjuntas para os problemas que surgem no terreno.

O papel do mediador e da mediadora é diversificado: estabelece uma relação de confiança e comunicação aberta com as/os representantes das partes; procura compreender a situação, com o objetivo de integrar as diferentes opiniões, sentimentos, atitudes e ações; estabelece contato entre as partes, assegurando a comunicação eficaz; facilita a comunicação e as relações entre as comunidades ciganas e as instituições públicas.

Já na altura do desenho do projeto, as organizações parceiras reconheceram a importância da mediação, assim, foi criado um Gabinete de Acompanhamento e Mediação, com duas mediadoras ciganas em localidades diferentes (Lisboa e Figueira da Foz).

Como já foi referido, a mediação é fundamental para ultrapassar alguns obstáculos culturais que as e os jovens ciganos enfrentam durante todo o processo de ingresso ao ensino superior. As comunidades ciganas têm preconceitos face a escola, existe o medo de perder os valores tradicionais ciganos e a identidade cigana mudando a forma de vida tradicional. Este fenómeno de medo e desconfiança é (re)conhecido por parte das e dos profissionais de educação, bem como a figura do mediador e da mediadora como elemento facilitador na aproximação de família e escola.

As mediadoras do Gabinete de Acompanhamento e Mediação tinham como objetivo quebrar este medo e levar as informações necessárias sobre os objetivos do projeto e sobre a educação superior não só até as/os jovens participantes, mas até as famílias delas e deles, convidando-as a participar também nas sessões de capacitação. As mediadoras, neste caso, estabeleceram uma ponte entre o projeto e as famílias e comunidades ciganas, partilhando dúvidas, respostas e informações mais pormenorizadas e direcionadas sobre a faculdade, responsabilidades de estudante, mecanismos de ingresso ao ensino superior, barreiras e vantagens, etc. As atividades desenvolvidas pelas mediadoras foram orientadas por um lado pela co-

19 https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805c9f3e

ordenação do Projeto Opré Chavalé, que forneceu as informações mais práticas e, por outro lado, pela Direção da Letras Nómadas, que tem uma vasta experiência na área da mediação e um conhecimento valoroso sobre as necessidades específicas das comunidades ciganas. Consideramos uma mais-valia atuar ao nível do terreno em contacto de proximidade com as comunidades ciganas, envolver as associações

e grupos de auto-representantes de diferentes comunidades na identificação de participantes e na sensibilização das suas famílias e comunidades. O acompanhamento personalizado das/dos jovens ciganas/os, o apoio personalizado aos processos de candidatura e inscrição ajudou a identificar as necessidades e encontrar respostas proativas e adequadas. Este tipo de contacto intenso com as e os participantes não só é necessário, mas é fundamental na construção de confiança entre as partes e no fortalecimento do espírito de equipa ao nível do Grupo Piloto e as suas famílias.

Igualdade de Género

A introdução da igualdade de género como elemento fundamental de metodologia de trabalho teve uma especial importância no projeto. Sem igualdade de género e sem a participação plena de mulheres e homens, existe uma lacuna grave na implementação dos Direitos Humanos, condição sine qua non de uma cidadania plena. A participação igual de ambos os sexos é fundamental para uma educação baseada em Direitos Humanos. A componente da Igualdade foi introduzida com base numa reflexão feminista interseccional, tendo em conta as especificidades culturais baseadas no sexo e no género, enquanto construção social. A metodologia da igualdade de género é assente em 4 pilares que têm como objetivo reforçar a ação positiva direcionada às jovens mulheres ciganas:

Massa crítica

Na fase de recrutamento para o grupo piloto, para assegurar a presença de uma massa crítica de mulheres, foi implementada uma quota de 40% para o sexo subrepresentado que, devido a grande desigualdade de género que existe em termos de acesso à escola, nomeadamente à escola secundária e à aprendizagem ao longo da vida, foram, como esperado, as mulheres. No início do processo de recrutamento, as mediadoras do projeto tiveram algum receio de não conseguir atingir a meta de 6 raparigas mas, ao contrário do esperado, assegurar a participação das mulheres foi exequível e deu muitos frutos para o projeto e para o movimento que nasceu a partir das reflexões das pessoas do grupo piloto.

A quota de um mínimo de 40% predefinido fez com que hajam esforços direcionados para descobrir talento e motivação não só nos jovens homens, mas também nas jovens mulheres. Haver uma massa crítica de mulheres é importante porque elas reforçam-se umas às outras, dão cara e voz à metade da população cigana que, assim, sai do abstrato e passa a representar um peso indiscutível, reivindicando assim a atenção para as suas necessidades específicas, e são mais dificilmente marginalizadas.

Proporcionar um espaço de reflexão, partilha e debate onde as palavras e ideias das jovens mulheres têm o mesmo peso que as dos homens, alterou visivelmente o ponto de vista das pessoas em várias áreas e contribuiu de forma significativa para uma abordagem feminista no movimento. O espaço proporcionado para a expressão livre das mulheres cria uma dinâmica diferente, chama a atenção dos homens para os problemas específicos das mulheres que poucas vezes ganham esta exposição, devido à falta de peso na cultura particularmente patriarcal.

Mainstreaming de género e igualdade substantiva

Para uma estratégia e uma metodologia eficaz para a promoção da igualdade de oportunidades, a integração de uma perspetiva de género, ou mainstreaming de género, é fundamental. O conceito de base para a perspetiva de género é a igualdade substan-

tiva. A igualdade substantiva é uma visão mais ampla e aprofundada da igualdade de oportunidades que vai para além da igualdade formal de direitos e introduz elementos que asseguram a igualdade “de facto”.

O *mainstreaming* de género consiste na internalização das necessidades e dos interesses de raparigas e rapazes nas estruturas organizacionais, programas e atividades das associações juvenis, com o objetivo de promover a igualdade entre umas e outros nas fases de planeamento, implementação, monitorização e avaliação dos projetos e atividades que desenvolvem.

Isto não é fácil e implica colocar os “óculos do género”, isto é, ultrapassar a noção de sexo e integrar verdadeiramente a variável de género na estrutura de raciocínio, promovendo uma revolução na forma de perceber o mundo, deixando-nos espantar pela descoberta da diferença e pela riqueza que a mesma proporciona para umas e para outros.

Considera-se que o conceito de “género” se refere às características sociais que distinguem as raparigas e rapazes – atributos sociais, papéis, tarefas, funções, deveres, responsabilidades, poderes, interesses, expectativas e necessidades que socialmente se relacionam com o fato de se ser rapariga/mulher ou de se ser rapaz/homem numa determinada sociedade e época - que resultam, pois, da construção social. O conceito de género distingue-se do conceito de “sexo”, que se refere apenas às características biológicas que distinguem mulheres e homens. A distinção entre sexo e género é importante porque permite enquadrar a mudança.²⁰

Para assegurar a participação das jovens mulheres ciganas, foram implementadas medidas especiais de ação positiva que se traduziram, principalmente, no acréscimo em termos de trabalho de mediação, tratando-se de uma intervenção mais aprofundada junto da família e da comunidade.

Um outro exemplo de *mainstreaming* de género no projeto foi relativo ao limite de idade das raparigas e dos rapazes. O limite de idade para o grupo foi de 30 anos, entretanto, ao ver que as mulheres interessadas em integrar o programa, na sua maioria, têm idade superior à dos jovens homens, flexibilizou-se o limite para elas, passando para 33 anos, garantindo, assim, a participação do número de pessoas previsto, nomeadamente a quota de 40%. As mulheres ciganas, pela experiência do projeto, com o avançar da idade, vêm os limites impostos pela família e comunidade flexibilizados e, assim, têm mais liberdade para optar por um projeto de vida fora do padrão tradicional.

Role models

Quando as e os jovens planeiam o seu projeto de vida, sempre têm em conta, de forma consciente ou subconsciente, os exemplos das pessoas dos seus diferentes contextos, familiar, escolar, profissional ou de comunidade. É muito difícil traçar e seguir um projeto de vida fora da caixa se não existem “role models” alcançáveis. É necessário promover a visibilidade das mulheres ciganas de sucesso para o empoderamento e participação das suas pares. Os exemplos de sucesso, enquanto role models, têm um efeito multiplicador, pois reforçam a coragem das suas pares para pensarem fora da caixa e do padrão culturalmente imposto.

“Da mesma forma como no 1º encontro do Opré Chavalé vi mulheres a serem presidentes de organizações e para mim foi importante ver isso, compreendo que outras meninas ciganas, vendo o nosso exemplo possam perceber que também é possível e possam ter vontade de querer seguir e é um bom exemplo” (C.M.)

“Há muita admiração em Viana pela Luana (participante no projeto)(...) Eu tenho duas filhas. A Luana é a mais velha, a outra é a mais nova. Esta já nem vai precisar de reforço. Vai lá sozinha.” (D.M.)

Os padrinhos do projeto, os role models jovens universitários, são ambos homens mas, o projeto tem colaboradoras e voluntárias ciganas influentes e empoderadas que servem de exemplo e reforço para as participantes. Olga Mariano, a presidente da Letras Nómadas, voluntária do projeto, deu um contributo de valor imensurável com a sua presença e orientação. As mediadoras, Marisa Oliveira e Noel Gouveia

²⁰ Raparigas e rapazes nas associações juvenis: um guia para o *mainstreaming* de género. REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS, Setembro 2006

são mulheres ciganas com uma participação cívica exemplar, ativistas pela causa das mulheres de etnia cigana, com uma presença constante, permaneceram sempre vigilantes para as necessidades específicas das jovens mulheres e deram conselhos como irmãs mais experientes sobre dificuldades que as jovens enfrentaram por motivos culturais.

Capacitação direta

A Igualdade de Género foi um ponto importante no Programa de Capacitação. O empoderamento e o desenvolvimento de competências estão fortemente interligadas e um ambiente favorável à aprendizagem não é possível sem a participação plena de todos e todas. O Programa de Capacitação promoveu a reflexão sobre a discriminação externa, proporcionando espaço para este movimento jovem trocar impressões, experiências e combinar estratégias na luta contra a discriminação contra as comunidades ciganas. Ao mesmo tempo, a questão da discriminação intracomunitária contra as mulheres foi assumida como um problema, colocando o fenómeno entre os elementos indesejáveis e contraproducentes da tradição. Os Direitos Humanos das Mulheres não entram em conflito com a cultura mas contribuem para a construção de uma nova identidade, baseada na desconstrução do sistema de sociedade patriarcal. A introdução do tema no Programa de Capacitação serve também a aliança com os homens para a promoção dos Direitos das Mulheres. Os jovens ciganos que, ao longo dos quatro encontros residenciais de capacitação, “colocaram os óculos de género”, tornar-se-ão agentes multiplicadores de mudança nas suas comunidades e importantes aliados das mulheres. Os homens têm um papel fundamental na promoção da mudança de mentalidades porque têm acesso direto ao poder de influência no sistema patriarcal.

O empoderamento das participantes do sexo feminino é central para um programa de capacitação bem sucedido. Por um lado, é necessário assegurar a transversalidade, ter enfoque especial no equilíbrio de participação, reforçar as mulheres quando necessário etc e, por outro lado, ter dinâmicas específicas direcionadas para este efeito, envolvendo o grupo todo, como reflexo da sociedade.

Programa de Capacitação

O projeto criou um Programa de Capacitação replicável que tem como objetivo trabalhar a área da cidadania ativa e trabalhar as soft skills das/os participantes, indispensáveis para o sucesso no ensino superior. Devido à socialização e à falta de exemplos através de gerações, as/os jovens ciganas/os encaram dificuldades acrescidas no acesso à aprendizagem ao longo da vida. O Programa foi inovador e atuou em duas áreas simultaneamente: trabalhando o desenvolvimento pessoal abordando temas como Direitos Humanos e Igualdade de Género e promovendo o debate e a conciliação dos mesmos com a identidade cigana.

O Programa de Capacitação foi inteiramente desenvolvido com base em metodologias participativas de educação não-formal mantendo, sempre, uma lógica de trabalho entre pares, tendo escolhido formadoras jovens.

O projeto Opré Chavalé, como já referido, baseou a sua metodologia na formação e desenvolvimento de competências, retratadas em quatro Encontros residenciais realizados com as/os participantes e equipa do projeto.

Os encontros residenciais foram pensados de forma encadeada, tendo uma estrutura semelhante em cada um. Iniciaram-se sempre os encontros com exercícios de *team-building*²¹ (construção do espírito de equipa e de motivação) e *energisers* (exercícios que potenciam energia e participação nas/os participantes); como segunda parte dos Encontros, o conteúdo do desenvolvimento de competências; e, por último, a avaliação de cada encontro e projeto.

Todas estas etapas, realizadas em cada encontro de dois dias, seguiram a metodologia

21 Compass - Manual sobre Educação em Direitos Humanos com Jovens (2015), Conselho da Europa

utilizada no projeto, não formal²², à exceção na avaliação onde também se utilizaram métodos mais convencionais como os inquéritos por questionário.

As metodologias de educação não formal são hoje uma resposta alternativa às metodologias formais, mais utilizadas no ensino escolar obrigatório, pois é caracterizada por ser uma metodologia onde a/o aluna/o é parte ativa no processo de aprendizagem. É tomado em consideração as necessidades das/os participantes, o contexto de aprendizagem e os objetivos a atingir, conseguindo assim um trabalho conjunto entre participantes/alunos e formadores na resposta às necessidades sentidas. As metodologias são ativas e por isso, a ótica de ensino é a de não dar a resposta, mas orientar na obtenção da mesma.

Estas metodologias caracterizam-se por serem não hierárquicas, voluntárias e baseadas nas motivações das/os participantes, daí ser a escolha para este projeto.

Como competências a desenvolver e a atingir nestes encontros, tínhamos:

1. Desenvolvimento de reflexão crítica;
2. Desenvolvimento e obtenção de técnicas de estudo e aproveitamento escolar;
3. Reconhecimento de competências já adquiridas e perceção da melhor utilização para as mesmas, no contexto universitário;
4. Facilitação de técnicas de empreendedorismo e espírito empreendedor²³;
5. *Mainstreaming* de género e identidade cigana;
6. Aconselhamento e orientação escolar e profissional, individual/personalizado e em grupo.

Como já referido, os diferentes encontros foram desenhados de forma a construir-se o percurso até ao ensino universitário, passo-a-passo. Cada um teve uma diferente temática e iremos aqui denotar as atividades mais importantes para o desenvolvimento do projeto.

1º Encontro Residencial (25, 26 de Abril 2015, Almada) – os objetivos deste encontro consistiam em criar um espírito de grupo entre as/os participantes, perceber as aspirações de cada um/a, entender os passos necessários a tomar no percurso individual de cada um/a, desconstruir o que é faculdade e trabalhar conjuntamente com participantes e famílias.

2º Encontro Residencial (30, 31 de Maio de 2015, Figueira da Foz) – depois do grupo criado e unificado, partimos para a concretização dos passos a tomar por cada participante, ou seja, como objetivo tínhamos a preparação de cada participante para os momentos que se seguiam no ingresso no ensino superior.

Encontro Extraordinário (2 de setembro 2015, Figueira da Foz) – este encontro deu-se de forma a responder a necessidades individuais das/os participantes, onde desenvolvemos acompanhamento individual e personalizado a cada participante, pois sentimos que existiam algumas dificuldades a serem superadas pelos participantes. Disponibilizou-se também aconselhamento e orientação profissional e escolar.

3º Encontro Residencial (17, 18 de Outubro de 2015, Torres Vedras) – este encontro, realizou-se após o ingresso das/os participantes no ensino superior e, por isso mesmo, preparou-se um encontro onde se fez o ponto de situação e tinha-se como objetivo o desenvolvimento de competências a adquirir para a vida universitária.

4º Encontro Residencial (20, 21 de Fevereiro 2016, Figueira da Foz) – novamente, realizar um ponto de situação e, como grande objetivo, corrigir e desenvolver ao máximo as competências necessárias para um percurso universitário bem-sucedido. Este encontro foi também muito focado na avaliação do projeto piloto, por parte das/os participantes e da própria equipa.

O primeiro encontro tinha como grande objetivo, a procura do percurso a realizar por cada participante e perceber o que esse percurso implicava. Posto isto, realizaram-se diferentes atividades e *workshops*, não só com as/os participantes, mas também com

22 Kit Pedagógico sobre Género e Juventude, Educação Não Formal para o *Mainstreaming* de Género na área da Juventude (2013), Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens.

23 Jovens Mulheres em Ação: ferramentas para o empoderamento, (2010) Projeto de Mulher para Mulher, 2ª Edição, Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens.

a família dos mesmos e das mesmas, de forma a conseguirmos desenvolver expectativas reais quanto ao mundo universitário.

Entre as atividades realizadas, tivemos, como mais relevante, a atividade 'Faculdade para ti', em que o objetivo desta sessão consistia em perceber qual o percurso individual de cada participante na concretização do objetivo final, ingressar no ensino superior.

Atividade 'Faculdade para ti'

| | |
|------------------------|--|
| Descrição da Atividade | <p>Antes de se iniciar esta atividade, é necessário conhecer bem o percurso escolar de cada participante. Entre alguns critérios, encontram-se: média escolar, área de estudo escolhida, tipo de ensino que frequentou, motivações para o futuro, forma de acesso ao ensino superior escolhida/pretendida. Depois de se saberem estas informações, passa-se para a realização da atividade que conta com três grandes momentos.</p> <p>1º Agrupar participantes em grupo (por área de interesse e por tipo de acesso ao ensino superior) – no caso do Projeto Opré Chavalé, contámos com um grupo de acesso ao ensino superior pela via maiores de 23 anos e três grupos de acesso pela via normal, exames nacionais, cada um por área de estudo distinta (ciências sociais, ciências exatas e turismo). Quando os grupos estão formados, lança-se o desafio – 'Digam-me quais são os passos que cada um de vocês precisa de tomar para se candidatarem à universidade?'</p> <p>Disponibilizam-se os <i>websites</i> abaixo descritos, e temos formadores em sala a prestar apoio a cada grupo.</p> <p>As/os participantes trabalham em grupo durante 1 hora e 30 minutos de forma a conseguirem responder à pergunta pretendida.</p> <p>2º As/os participantes iniciam a pesquisa, com os apoios dados e percebem o que é necessário fazerem. Mal tenham a informação, e porque estão em grupos com percursos similares, começam a preparar o material a apresentar – cartolinas/<i>flipchart</i>.</p> <p>Nesta etapa é necessário bastante apoio, pois é preciso descobrirem os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none">- currículo de estudo de cada disciplina (caso realizem exames nacionais, de forma a perceberem o que necessitam de estudar);- datas de exames e diferentes fases dos mesmo;- processo de inscrição nos exames nacionais;- na via maiores de 23 é preciso perceber o percurso a seguir, em cada faculdade, pois este difere bastante de instituição para instituição;- na via maiores de 23, quais os momentos de avaliação a realizar (por exemplo, exame e entrevista, etc.); <p>3º Apresentação dos trabalhos e desconstrução dos mesmos – o que se encontrou neste Projeto, foi uma ideia muito errada quanto às etapas que era necessário realizar – ou seja, foi um momento muito esclarecedor para as/os participantes.</p> |
| Materiais necessários | Cartolinas/ <i>flipchart</i> , canetas/lápis coloridos, computadores, acesso à internet; |
| Duração da Atividade | 2 horas e 30 minutos |

| | |
|-------|--|
| Apoio | www.dges.mctes.pt www.acessoensinosuperior.pt Websites de faculdades/universidades |
|-------|--|

Posteriormente a esta atividade, contámos com um momento de partilha entre participantes e convidados do projeto, dois jovens ciganos licenciados, ainda inseridos no contexto universitário (mestrado e pós-graduação). Este momento de debate e esclarecimento de dúvidas, foi bastante motivador para as/os participantes pois tiveram oportunidade de ouvir, em primeira mão, experiências de dois jovens quanto à sua entrada na faculdade e percurso na mesma, desafios, expectativas, surpresas, reações, entre outros aspetos.

Neste encontro, focaram-se, como referido, os desafios e obstáculos que se iriam encontrar no acesso ao ensino superior e, aquando da realização das atividades, houve sempre a preocupação com questões de desigualdades de género, onde percebemos, a existência de uma já reconhecida consciência quanto aos diferentes obstáculos existentes para jovens mulheres ciganas e jovens homens ciganos, no acesso ao ensino superior, mas também na vida quotidiana. Desenvolveram-se também workshops sobre espaços na universidade, como o centro de cópias, os gabinetes dos professores, entre outros espaços úteis, assim como dinamizaram-se atividades de forma a perceber, quais as diferenças entre o ensino secundário e universitário. Estas atividades foram muito bem recebidas, pois as expectativas estavam longe da realidade. No segundo encontro, onde o grande objetivo prendeu-se com a realização dos passos definidos no primeiro encontro, destacamos como principal atividade, a simulação de entrevistas e exames nacionais. Do ponto vista do sucesso do projeto, esta atividade foi fundamental para as/os participantes, pois, muitas/os estavam afastados do ensino secundário à já muitos anos e, por isso mesmo, não existia à vontade nem confiança com estes dois métodos de avaliação.

Atividade de Simulação Exames Nacionais e Entrevistas

| | |
|-------------------------------|--|
| <p>Descrição da Atividade</p> | <p>1º Exame – dispor a sala de formação como num exame, ou seja, com mesas e cadeiras espaçadas entre elas, numa formação formal de sala de aula.</p> <p>Entrevista – dispor as cadeiras da sala de formação em círculo, à exceção de duas, que se encontravam no centro do círculo, frente a frente (entrevistador e entrevistado, frente a frente).</p> <p>2º Exame – pedir aos/as participantes para se colocarem à porta da sala de formação, fazer seguidamente a chamada, por ordem alfabética, e indicar a mesa/cadeira onde se deveriam sentar, um a um. Depois da chamada realizada, explicar os horários do exame, as regras de conduta em sala de aula aquando do exame e iniciar o mesmo. Neste caso, visto que a maioria iria realizar o Exame nacional de português, escolheu-se esse prova para simulação (exame do ano de 2014).</p> <p>Entrevista – o objetivo de ter as cadeiras em círculo cinge-se ao facto de, normalmente, numa entrevista, existir um júri. Daí, as/os participantes, serviam de espectadores da entrevista a ser realizada. Mais uma vez, se fez a chamada, individual, neste caso, das participantes que iriam entrar no ensino superior pela via dos maiores de 23.</p> <p>3º Para o sucesso de ambas as atividades, é necessário que os/as formadores/as mantenham o papel escolhido, seja de examinador, seja de entrevistador. Não se pode ceder, já que a atividade simulação prende-se com a característica de ser uma representação real, o mais verídica possível. (p.ex.: nos exames, a chamada das/os participantes À sala, fez-se com o cartão de cidadão, e que não tinha, levou um aviso, pois tinham sido previamente notificados que iria ser necessário para a realização da prova).</p> <p>4º Depois de terminadas, ambas as atividades, desconstruíram-se as mesmas, em círculo, com as/os participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o que sentiram quando estavam a ser chamados para exame? - já tinham experimentado um ambiente de avaliação como este? - como se sentiram aquando da realização da entrevista? - como foi a vossa prestação? - sentimos algumas/alguns participantes muito nervosos, porquê? - entre outras; |
| <p>Materiais necessários</p> | <p>Cadeiras, mesas; exames, folhas de rascunho; canetas (preferencialmente, pedir às/aos participantes para trazerem as próprias canetas)</p> |
| <p>Duração da Atividade</p> | <p>Exame – 2 horas; Entrevista – 30 minutos. Desconstrução de ambas as atividades : 1 hora</p> |
| <p>Apoio</p> | <p>Esta atividade resulta melhor, quando facilitada por dois/duas formadores/as.</p> |

Neste segundo encontro, realizaram-se diversas atividades no seguimento da acima apresentada. Não só as simulações, tanto de exame, como de entrevista, como também acompanhamento no estudo, individualizado, de forma a conseguirmos superar dificuldades individuais de cada participante, a nível de conteúdos escolares, como também a nível emocional. Este projeto consistia na realização de um sonho para os participantes em questão, o que acarretava dificuldades intrínsecas e extrínsecas aos próprios, seja quando consideramos a sociedade maioritária, como também a própria comunidade cigana.

O Encontro excecional surgiu em setembro como uma resposta a necessidades das/os participantes quanto ao acompanhamento do processo de inscrição na faculdade, orientação inicial na mesma e primeiros contactos. Embora já se tivessem abordado estas questões em contexto de formação, o embate com a realidade levou e levantou novas necessidades de desenvolvimento de competências assim como de respostas úteis aos problemas encontrados. De ressaltar que neste encontro, a dinâmica de formação foi algo diferente, na medida em que o apoio foi dado exclusivamente aos participantes, de forma personalizada e individualizado. Dado o tempo reduzido, pensou-se ser a melhor resposta e mais eficaz.

No terceiro encontro residencial, as necessidades das/os participantes alteram-se pois a fase de inscrição e ingresso na Faculdade, tinham já passado, ou seja, as/os participantes, estavam já na fase pretendida. Mais uma vez, iniciou-se o Encontro de formação com um ponto de situação de cada participante de forma a perceber em que passo estavam na caminhada para o ensino superior. Como objetivos deste encontro, tiveram-se:

1. Avaliar necessidades e dificuldades individuais;
2. Conhecer o ponto de situação dos/as participantes do projeto, no geral e no particular;
3. Motivar os/s participantes inseridos/as no projeto;
4. Transmitir conhecimentos sobre prazos, trabalhos de grupo, exames, trabalho de casa;
5. Espaço para estudo e acompanhamento de estudo;
6. Apoiar e identificar os passos seguintes a tomar.

Neste encontro formativo as atividades focaram-se em metodologias de estudo, que conseguissem dar resposta às novas exigências universitárias, pois nesta etapa, percebeu-se que as ferramentas disponíveis não conseguiam equiparar as exigências pedidas.

Posto isto, reforçámos as metodologias de estudo já apresentadas no primeiro encontro, entre elas, os mapas conceituais, e, aqui, aplicámos estes mesmos mapas. Começámos por temas que pertencessem à área de estudo de cada participante e mais uma vez, agrupámo-los em grupos temáticos. O grande objetivo desta atividade foi potenciar não só o trabalho em grupo, exigência atual da universidade, como também o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, onde tinham de conseguir encontrar um tema de trabalho de grupo, para determinadas unidades curriculares dos cursos onde entraram, verdadeiramente único e original. Estes mapas, forma realmente bem recebidos, pois conseguiram estruturar pensamentos e ideias quanto ao que lhes era pedido para fazerem, ou seja, criar uma resposta efetiva.

Este encontro contou algumas alterações de dinâmica formadora – formandos/as pois originou-se espaço para as/os participantes nos darem a conhecer um pouco a sua forma de trabalho, sendo que a maioria trabalha como animador sociocultural/dinamizador. Aqui, deixámos a cargo dos participantes, as atividades como *energisers* e de debate de forma a potenciar responsabilidade e participação por parte dos mesmos. Vimos resultados quase automaticamente.

Marcámos também pela diferença, pois estando numa fase, onde o projeto delineava a intervenção de mentores e mentoras, as/os participantes passaram-nos também essa mesma necessidade, tendo sido organizado uma sessão quanto a que tipo de

características precisavam nos/as mentores/as. O processo de mentoria foi sempre algo que marcou o projeto *opré chavalé*, pois indiretamente, a participação das mediadoras, dos/as voluntários/as e padrinhos do mesmo projeto, potenciou essa mesma mentoria. As características ressaltadas foram: experiência, responsabilidade, disponibilidade e empatia para com comunidades e cultura ciganas.

Por último, realizou-se o quarto encontro residencial, novamente na Figueira da Foz, onde os objetivos principais consistiam em colmatar as falhas diagnosticadas até então e realizar a avaliação projeto.

Neste momento, as necessidades dos/as participantes prendiam-se com pouca capacidade de gestão de tempo e como dar resposta a este problema, posto isto desenvolveu-se uma atividade de gestão de tempo crucial para as/os mesmas/os.

Atividade 'Aprende a gerir o teu tempo'

| | |
|-------------------------------|--|
| <p>Descrição da Atividade</p> | <p>Esta atividade consiste na realização de um horário semanal e semestral para cada participante. Este horário tinha de ser o mais aprofundado possível, de forma a conseguir ter o tempo disponível bem visível.</p> <p>1º Inicia-se a atividade com perguntas de quebra-gelo. - Já alguma vez fizeram um horário? Pensaram num horário? - Vamos pensar agora...</p> <p>2º De seguida, faz-se um jogo didático sobre como organizar diferentes tarefas de forma a ter o tempo o mais bem distribuído e bem aproveitado (cada um, colocava as tarefas/ocupações diárias com que tem de lidar e a forma como as faz/executa no momento)</p> <p>3º Reflexão em grupo e apresentação do horário de cada um/a e desconstrução do mesmo; reorganização do mesmo horário de forma a ficar o mais eficaz e eficiente possível;</p> <p>4º Criação de um novo horário, individual, para cada participante (em folhas coloridas).</p> <p>5º Criação de um horário semestral para cada participante, com datas de exames e entregas de trabalhos.</p> <p>O grande objetivo desta atividade era conseguir dar um panorama global quanto a todas as tarefas e obrigações que estão incluídas no nosso dia-a-dia e de que forma e que conseguimos lidar com todas de forma a conciliar os estudos universitários, nessa mesma calendarização.</p> |
| <p>Material Necessário</p> | <p>Flipchart, folhas coloridas, canetas, fita-cola</p> |
| <p>Duração</p> | <p>1 hora e 30 minutos</p> |

| | |
|-------|--|
| Apoio | Para esta atividade, a equipa técnica comprometeu-se a fazer um <i>template</i> de cada horário personalizado por participante, com as informações fornecidas e depois reorganizadas pelos mesmos, o que incentivou imenso a utilização do próprio calendário. |
|-------|--|

Neste último encontro, contámos com um workshop sobre identidade e cultura cigana e de que forma essas condicionantes levantam desafios na vida universitária o que deu mote à atividade realizada no âmbito da metodologia investigação-ação onde foi lançado um desafio aos/às participantes de entrevistarem os seus pares.

Nesta atividade construíram-se três perguntas, as quais tinham de ser respondidas pelos pares dos participantes envolvidos no projeto. Depois de um debate acerca das perguntas que se deveriam colocar à própria comunidade cigana, chegámos a quatro perguntas:

1. Quais são os aspetos positivos e negativos de um/a cigano/a universitário/a?
2. Quando retiram as meninas/raparigas da escola, esta retirada é cultural?
3. Somos educados/as para deixar a escola?
4. Pensam que a identidade cigana entra em conflito com a universidade?

Depois de delineadas as perguntas, realizou-se um workshop sobre as metodologias de entrevista, aprofundando desta vez, a forma de entrevistar, ao invés do segundo encontro, onde foi explorado o lado de ser entrevistada/o.

Neste encontro, contámos com atividades de simulação de espírito empreendedor, onde as/os participantes tiveram de nos vender uma ideia e como conseguir aplicar estratégias de empreendedorismo ao contexto universitário.

Por último, o grande enfoque deste encontro consistiu na avaliação, onde foi utilizada a análise FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) entre outras atividades, de debate e reflexão.

Transversal a todos os encontros foram os momentos de convívio e partilha entre participantes e equipa técnica sendo que estes foram sempre considerados por todas/os parte essencial do projeto, pois criou a tão necessária motivação e rede de apoio mútuo.

A opinião das/os participantes e da equipa

A análise FOFA realizada com as/os participantes e equipa sobre o Projeto Opré Chavalé, destacou as seguintes respostas:

Forças: União e espírito de toda a equipa e participantes; interesse pelo projeto e do projeto; objetivos do projeto e das/os participantes; participação e engajamento das/os participantes; mente aberta tanto das/os participantes, como das famílias e da equipa.

Oportunidades: inserção no mercado de trabalho; realização pessoal; mais cidadania; dar exemplo/quebrar barreiras; o próprio projeto é uma oportunidade; reforço da identidade cigana; convívio e projetos futuros entre participantes do projeto.

Fraquezas: sustentabilidade do projeto; não saber lidar com a frustração; falta de tempo, limitações de calendário; falta de métodos de estudos prévios das/os participantes; participantes muito tempo fora do contexto escolar e educativo.

Ameaças: censura por parte da comunidade cigana e sociedade maioritária; sistema educativo e educadoras/es não investirem o necessário e não cumprirem com as responsabilidades tomadas; falta de oportunidades financeiras.

Recomendações

Tendo em conta o caráter pioneiro do projeto Opré Chavalé e a reflexão inovadora que proporcionou espaço e fundamentos, não podemos deixar de formular recomendações baseadas na experiência para contribuir, por um lado, para a eficácia das políticas públicas e intervenção pública e, por outro, para servir de apoio para o desenho de futuros projetos de intervenção da sociedade civil, autarquias locais ou outras instituições públicas e privadas neste domínio. Para que se alcance uma mudança estrutural significativa em Portugal, e tendo em consideração as obrigações do Estado Português, nomeadamente os documentos Internacionais vinculativos e recomendações, bem como a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, é fundamental:

- assegurar a participação nas iniciativas Internacionais pós Década da Inclusão Roma que, neste momento, se encontram em negociação, para abrir as portas ao Estado e à Sociedade Civil a uma comunidade com compromissos fortes, boas práticas replicáveis e financiamento de fundos públicos e privados internacionais disponíveis para esta área.
- reconhecer a importância da ação positiva para a inclusão na área da educação.
- reconhecer que a integração das comunidades ciganas no ensino formal e no mercado de trabalho, nomeadamente em profissões requerendo todos os níveis de formação, é uma questão de Direitos Humanos e um objetivo alcançável.
- reconhecer que a Igualdade de Género é uma questão de Direitos Humanos e indispensável para o desenvolvimento sustentável tanto nas comunidades ciganas, como na sociedade maioritária.
- reconhecer a diversidade de talentos, ambições e motivações individuais das pessoas jovens das comunidades ciganas e proporcionar respostas diversificadas, nomeadamente em todas as áreas e níveis do ensino e formação.
- reconhecer a importância de políticas públicas direcionadas e o papel fundamental do Ministério da Educação para fechar o gap entre a população cigana e não cigana em termos de adesão e resultados do sistema educativo.
- colocar a mediação no centro de todas as iniciativas direcionadas para a integração das comunidades ciganas, nomeadamente na área do ensino secundário e superior para assegurar a auto-representação e o sucesso das iniciativas de intervenção promovendo o diálogo intercultural.
- criar um ambiente favorável nas escolas e nas instituições responsáveis pela aprendizagem ao longo da vida. O racismo, o sexismo e discriminação direta, mesmo quando não explícitos, têm de ser eliminado. É o ponto de partida para a inclusão.
- promover a formação, sensibilização e informação das/os técnicas/os das instituições públicas que intervêm junto da juventude cigana em todas as instâncias para prevenir a perpetuação de estereótipos, nomeadamente: pessoal docente e não-docente das escolas pré-escolar, primária e secundário, técnicos/as do IEF, técnicas/os de serviço social etc.
- assegurar quotas para o sexo sub-representado em todas as iniciativas direcionadas para a integração das comunidades ciganas, nomeadamente na área do ensino secundário e superior, enquanto ação positiva, para assegurar que as iniciativas promovem o desenvolvimento de toda a comunidade e não perpetuam estereótipos de género.
- combater o absentismo e o abandono escolar através de uma monitorização mais metódica e sancionada e incentivos sob forma de prémios ou outro tipo de recompensa para professoras/es com melhor desempenho nesta área, bem como o envolvimento de mediadoras/es na escola.
- promover ações de capacitação para soft e hard skills visando o desenvolvimento pessoal das e dos jovens ciganas/os para evitar o desperdício de talento.
- envolver as famílias na vida escolar das/os filhas/os através de atividades específicas e trabalho de mediação.

- assegurar tutoria e mentoria de mediadores/as ou ativistas ciganas/os para as/os jovens para melhorar o desempenho escolar e alargar as perspetivas.
- estabelecer mecanismos de apoio especializado para as pessoas candidatas no sentido de apoiar a preparação para os exames de admissão ao ensino superior, por exemplo através de programas de tutoria e acompanhamento, envolvendo vários stakeholders, como instituições de ensino secundário e sociedade civil que atua no terreno da educação.
- Disponibilizar bolsas de estudo ou outros apoios financeiros para cobrir as propinas e despesas de vida e que não são limitadas por área, instituição ou pelas dívidas fiscais do agregado familiar.
- proporcionar informação transparente e acessível nas escolas secundárias sobre oportunidades no ensino superior, incluindo bolsas.
- promover modelos de sucesso enquanto agentes de mudança para reforçar a motivação de jovens sobre a importância da escola e dos estudos na mobilidade social vertical.
- que as instituições de ensino secundário e superior acompanhem as políticas relacionadas com a integração dos grupos vulneráveis. A implementação institucional não deve ser separada da política nacional e internacional.

E, por fim, o objetivo mais importante é colocar a questão da integração no ensino superior no topo da agenda política e das iniciativas de intervenção junto das comunidades ciganas. Esta área é a chave que serve de catalizador para quebrar todo o ciclo da exclusão, nomeadamente através da criação de caminhos e exemplos de mobilidade social para o reforço de uma classe média da etnia cigana que será, certamente, a base do desenvolvimento sustentável de toda a sua comunidade.



Bibliografia

Active Watch <http://www.profesionistiro.ro/proiect/>

Carta Social Europeia http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidregionais/rar64A_2001.html

Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW) - Consideration of reports submitted by States parties under article 18 of the Convention Combined eighth and ninth periodic reports of States parties due in 2013 Portugal, 2013, de http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/PRT/CEDAW_C_PRT_8-9_794_E.pdf a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres elaborou uma tradução livre das Recomendações, que pode ser encontrada no seu website: <http://plataformamulheres.org.pt/wp-content/ficheiros/2015/11/RecomendacoesCEDAW-PT-TraducaoPpDM30Nov2015.pdf>

Compass - Manual sobre Educação em Direitos Humanos com Jovens (2015), *Conselho da Europa*

Decade of Roma Inclusion www.romadecade.org

Fondazione romani Italia <http://www.fondazioneromani.eu/attivita/progetti/57-fuochi-attivi>

Fundacion Secretariado Gitano http://www.gitanos.org/marco/programas_del_irpf_11_gestionados_por_la_fsg/programas/programa_para_facilitar_el_acceso_y_la_continuidad_en_los_estudios_medios_y_superiores.html

Jornal Oficial da União Europeia, C 87 E, 01.04.2010, de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2010:087E:FULLHYPERLINK> “<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2010:087E:FULL&from=PT>”&HYPERLINK “<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2010:087E:FULL&from=PT>”-from=PT

Jornal Oficial da União Europeia C 378, 24.12.2013, de <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2013:378:FULLHYPERLINK> “<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2013:378:FULL&from=PT>”&HYPERLINK “<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2013:378:FULL&from=PT>”from=PT

Jovens Mulheres em Ação: ferramentas para o empoderamento, (2010) Projeto de Mulher para Mulher, 2ª Edição,), *Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens*.

Kit Pedagógico sobre Género e Juventude, Educação Não Formal para o Mainstreaming de Género na área da Juventude (2013), *Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens*.

MENDES, Manuela, MAGANO, Olga e CANDEIAS, Pedro (Equipa de Investigação) (2014) Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, Lisboa, ACM, I.P. <http://www.obcig.acm.gov.pt/documents/58622/201011/estudonacionalsobreascomunidad-esciganas.pdf/89b05f10-9d1f-447b-af72-dac9419df91b>

MÓD, Péter (2011), Romák a munkaerőpiacon és azon túl [Roma on the labour market and beyond], In KURUCZ, Erika (edit.) (2011), Roma kutatások 2010 Élethelyzetek a társadalom peremén, Budapest, NCSSZI.

Raparigas e rapazes nas associações juvenis: um guia para o mainstreaming de género, (2006) REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E

HOMENS, de <http://www.redejovensigualdade.org.pt/dmpm1/docs/guia-mainstreaming-genero.pdf>

Recommendation CM/Rec (2012)9 on mediation as an effective tool for promoting respect for human rights and social inclusion of Roma, de https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805c9f3e

Rec(2001)17 27/11/2001 on improving the economic and employment situation of Roma/Gypsies and Travellers in Europe, Committee of Ministers, Council of Europe, de https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805e2958

SÁ, Carla, OLIVEIRA, Célio, CEREJEIRA, João, SIMÕES, Marta, PORTELA, Miguel, TEIXEIRA, Pedro, FERREIRA, Priscila, SOUSA, Sandra e SOUSA, Sílvia Sousa Educação e Mercado de Trabalho em Portugal, Retorno e transições, Braga, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, de http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Estudos%202014/Relatorio_final_U_Minho.pdf

TORRES, Anália e BARROS DE, Henrique (Coord.) (2015) Reproduzir ou contrariar o destino social? Estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século XX em Portugal, Síntese de resultados, de <http://epiteen.iscsp.ulisboa.pt/en/reports/publications/item/130-brochura-de-resultados>

Roma Education Fund <http://www.romaeducationfund.hu/ref-one-page>

Roma survey – Data in focus Education: the situation of Roma in 11 EU Member States, FRA Publications Office of the European Union, 2014 http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014_roma-survey_education_tk0113748enc.pdf

Romaversitas <http://www.romaversitas.hu/?q=en/>

UNICEF (2007a), A human rights based approach to education for all, New York, UNICEF, de http://www.unicef.org/publications/files/A_Human_Rights_Based_Approach_to_Education_for_All.pdf



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
CIDADANIA ATIVA

